

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONOMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

JAMIL EL HAJJAR

**O BRASIL NO CONTEXTO DO NARCOTRÁFICO INTERNACIONAL: E A
INTERNACIONALIZAÇÃO DO PRIMEIRO COMANDO DA CAPITAL (PCC)**

FLORIANÓPOLIS

2022

JAMIL EL HAJJAR

**O BRASIL NO CONTEXTO DO NARCOTRÁFICO INTERNACIONAL: E A
INTERNACIONALIZAÇÃO DO PRIMEIRO COMANDO DA CAPITAL (PCC)**

Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação
em Relações Internacionais do Centro
socioeconômico da Universidade Federal de
Santa Catarina como requisito para a obtenção do
Título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Márcio Roberto Voigt

FLORIANÓPOLIS

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

El Hajjar, Jamil

O BRASIL NO CONTEXTO DO NARCOTRÁFICO
INTERNACIONAL : E A INTERNACIONALIZAÇÃO DO PRIMEIRO
COMANDO DA CAPITAL (PCC) /
Jamil El Hajjar ; orientador, Márcio Roberto Voigt ,
2022. 77p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, ,
Graduação em , Florianópolis, 2022.

Inclui referências.

1. . 2. Primeiro Comando da Capital (PCC). 3.
Tráfico de Drogas. 4. Segurança Internacional. I. ,
Márcio Roberto Voigt. II. Universidade Federal de
Santa Catarina. Graduação em . III. Título.

Jamil El Hajjar

O Brasil no contexto do narcotráfico internacional: e a internacionalização do Primeiro Comando da Capital (PCC)

Florianópolis, 14 de julho de 2022.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso foi avaliado e aprovado pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Márcio Roberto Voigt, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a Graciela de Conti Pagliari, Dra.
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a Lisa Belmiro Camara, Msc.
Universidade Federal de Santa Catarina

Certifico que esta é a **versão original e final** do Trabalho de Conclusão de Curso que foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais por mim e pelos demais membros da banca examinadora.



Documento assinado digitalmente
MARCIO ROBERTO VOIGT
Data: 27/07/2022 15:30:48-0300
CPF: 579.645.999-68
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof. Márcio Roberto Voigt, Dr.
Orientador

Florianópolis, 2022.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente aos meus pais seu Simão e dona Néia, minha irmã Renata e minha avó Nadir, por nunca medirem esforços para me ajudar mesmo diante de todas as dificuldades, sem vocês nada disso teria sido possível. Quero agradecer também uma figura importantíssima na minha formação como pessoa, meu avô Juca, um grande sábio que nos deixou há um ano, mas que está me acompanhando de longe.

Aos colegas e amigos aqui feitos. Aos amigos da “Maioria”, a Mariana e a Duda, por todo apoio e pela troca de conhecimentos e discussões durante esses quatro anos. Um agradecimento especial ao João, um grande amigo que fiz desde o primeiro dia e com quem compartilhei todas as angústias da construção desse projeto, e que sempre esteve disposto a ajudar.

Ao meu orientador, professor Dr. Márcio Roberto Voigt, por toda paciência em me guiar durante esse período e pelas palavras confortantes quando necessário, além de todos os ensinamentos.

Por fim, agradeço a UFSC a qual serei grato eternamente, uma universidade incrível que me acolheu de braços abertos e me mostrou um mundo novo, onde vivi belíssimos momentos e conheci pessoas maravilhosas.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo principal demonstrar como ocorreu a inserção brasileira nas dinâmicas do tráfico internacional, bem como o processo de internacionalização do Primeiro Comando da Capital (PCC), mostrando toda formação da organização dentro do sistema prisional brasileiro até a evolução para um cartel de drogas transnacional, e como através do processo de transnacionalização, o PCC pode ser visto sob a ótica da Escola de Copenhague como uma ameaça à segurança internacional. Para entender toda evolução da internacionalização da organização, a metodologia utilizada foi a do tipo exploratória, analisando qualitativamente as informações colhidas de bibliografias, documentos, artigos e materiais jornalísticos. Para isso, o trabalho foi dividido em quatro partes principais. No primeiro capítulo está a abordagem teórica da problemática de segurança, bem como a evolução das teorias de segurança a partir das mudanças ocorridas no sistema internacional após o fim da Guerra Fria. No segundo capítulo, através de uma contextualização histórica regional sobre a problemática do narcotráfico, está colocado como a América Latina vem enfrentando o problema do tráfico de drogas, muito influenciada pela política de guerra às drogas implementadas pelos Estados Unidos a partir de 1970, exemplificando as principais políticas antinarcóticos dos EUA para a América Latina. Através disso, o terceiro capítulo aborda a inserção brasileira nas dinâmicas do narcotráfico internacional mediante o espalhamento do problema para outras regiões do continente, entendido como efeito balão, bem como as tratativas domésticas de repressão ao narcotráfico. Por último, apresenta-se a gênese do Primeiro Comando da Capital na Casa de Custódia de Taubaté em 1993, e como ocorreu o processo de nacionalização do comando através do domínio do sistema prisional, bem como seu transbordamento para fora dos presídios com o projeto de dominação do tráfico nacional. Posteriormente, com esses processos consolidados, o PCC avançou no projeto de transnacionalização das suas operações para tornar-se um dos principais cartéis de drogas da América Latina.

Palavras-chave: Primeiro Comando da Capital (PCC); Tráfico de Drogas; Segurança Internacional.

ABSTRACT

This research has as its main objective to demonstrate how the Brazilian insertion occurred in the international trafficking dynamics, as well as the internationalization process of the Brazil's First Capital Command (PCC), showing all the formation of the organization within the Brazilian prison system until the evolution to a cartel of transnational drugs, and how, through the process of transnationalization, the PCC can be seen from the perspective of the Copenhagen School as a threat to international security. Aiming to understand the entire evolution of the organization's internationalization, the methodology used was exploratory, qualitatively analyzing the information collected from bibliographies, documents, articles and journalistic materials. Thus, this research was divided into four main parts. In the first chapter there is the theoretical approach of the security problem, as well as the evolution of security theories from the changes that occurred in the international system after the end of the Cold War. In the second chapter, through a regional historical contextualization on the problem of drug trafficking, it is placed how Latin America has been facing the problem of drug trafficking, heavily influenced by the war on drugs policy implemented by the United States from 1970 onwards, exemplifying the major US counternarcotics policies for Latin America. Through this, the third chapter addresses the Brazilian insertion in the dynamics of international drug trafficking throughout the spread of the problem to other regions of the continent, understood as the balloon effect, as well as domestic negotiations to repress drug trafficking. Finally, it presents the genesis of Brazil's First Capital Command at Casa de Custódia from Taubaté in 1993, and how the process of nationalization of the command took place through the domination of the prison system, as well as its overflow out of the prisons with the project of the national traffic domination. Subsequently, with the processes consolidated, PCC advanced in the transnationalization project of its operations to become one of the main drug cartels in Latin America.

Keywords: Brazil's First Capital Command (PCC); Drug Traffic; International Security.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 1 - Cultivo ilícito global de arbustos de coca 1994-2010 | 37 |
| Figura 2 - Organograma do Primeiro Comando da Capital | 53 |
| Figura 3 - Presença do Primeiro Comando da Capital nos Estados brasileiros | 56 |
| Figura 4 - Presença do Primeiro Comando da Capital no mundo | 58 |
| Figura 5 - Fronteira internacional dos estados do Mato Grosso do Sul e Paraná ... | 60 |
| Figura 6 - Principais rotas de tráfico de drogas no Brasil | 62 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|----|
| Tabela 1 - Valores destinados ao combate às drogas no Governo Reagan (1982-1989)..... | 30 |
| Tabela 2 - Valores (em milhões de dólares) da Estratégia Andina..... | 32 |
| Tabela 3 - Valores (em milhões de dólares) da Iniciativa Regional Andina..... | 39 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|----------------|---|
| BOVESPA | Bolsa de Valores de São Paulo |
| CCT | Casa de Custódia de Taubaté |
| CIA | Agência Central de Inteligência |
| COFEN | Conselho Federal de Entorpecentes |
| CONAD | Conselho Nacional Antidrogas |
| CV | Comando Vermelho |
| DEA | Drug Enforcement Administration |
| DOD | Departamento de Defesa |
| ELN | Ejército de Liberación Nacional |
| EUA | Estados Unidos da América |
| FARC | Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia |
| FDN | Família do Norte |
| MP-AM | Ministério Público do Estado do Amazonas |
| MP-SP | Ministério Público do Estado de São Paulo |
| NDAA | National Defense Authorization Act |
| NSD | National Security Division |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| PCC | Primeiro Comando da Capital |

| | |
|-------------------|---|
| PEF | Plano Estratégico de Fronteiras |
| SIVAM | Sistema de Vigilância da Amazônia |
| UNODC | Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime |
| URSS | União Soviética |
| USSOUTHCOM | Comando Sul dos Estados Unidos |

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| 1. INTRODUÇÃO | 14 |
| 2. Segurança Internacional: evolução teórica e conceitual | 17 |
| 2.1 Evolução teórica | 17 |
| 2.2 Narcotráfico: Nova ameaça à segurança | 22 |
| 3. Narcotráfico na América Latina | 27 |
| 3.1 Política antinarcóticos dos Estados Unidos para América Latina | 27 |
| 3.1.1 A Estratégia Andina: | 31 |
| 3.1.2 O Plano Colômbia: | 33 |
| 3.1.3 Iniciativa Regional Andina: | 38 |
| 4. A inserção brasileira nas dinâmicas do narcotráfico | 42 |
| 4.1 O enfrentamento do Estado brasileiro ao narcotráfico internacional | 43 |
| 5. O Primeiro Comando da Capital | 48 |
| 5.1 Formação, estruturação e a expansão nacional do PCC | 48 |
| 5.2 Expansão internacional e formação do NARCOSUL | 57 |
| 5.3 O Primeiro Comando da Capital e a ameaça à segurança internacional | 63 |
| 6. Considerações Finais | 66 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS: | 70 |

1. INTRODUÇÃO

Nos estudos de Relações Internacionais a problemática do narcotráfico nem sempre foi entendida como algo fundamental dentro dos estudos de segurança. No entanto, o fim da Guerra Fria e conseqüentemente da bipolaridade entre Estados Unidos e União Soviética (URSS), resultou em alterações e redistribuição de poder entre os principais atores do sistema internacional, ocasionando uma mudança na compreensão sobre a segurança dos Estados e dos indivíduos (PAGLIARI, 2009).

A Escola de Copenhague desempenha um papel importante na evolução teórica dos estudos de Segurança Internacional, foi através dela que houve a expansão dos conceitos de segurança para além da via militarizada, quando outros setores como o (político, social, econômico e ambiental) passaram a ser reconhecidos como potenciais ameaças à segurança do Estado e dos indivíduos.

Desde o final do século XX, os Estados estão suscetíveis às ameaças transnacionais, novos tipos de ameaça que surgiram através da expansão do terrorismo, do crime organizado e do narcotráfico. Essas ameaças têm origens não-estatais e desrespeitam qualquer fronteira física, ocasionando assim em um problema que não se refere apenas a um Estado, mas a um conjunto deles. O tráfico internacional de drogas hoje é apontado como uma das principais questões capazes de afetar a estabilidade da segurança dos indivíduos e Estados.

O narcotráfico internacional figura hoje como um problema de nível global, que acarreta em diversos outros problemas tanto para os países exportadores quanto os países importadores, através da expansão e fortalecimento da economia ilegal, como problemas sociais, de violência e lavagem de dinheiro. A América do Sul, se destaca pela produção e exportação de drogas, sendo a América do Norte, Europa e Oceania os principais destinos finais para o escoamento da produção de drogas. (UNODC World Drug Report, 2021)

Assim como toda região sul-americana, o Brasil possui um contexto político interno conturbado, sofrendo com os problemas de violência, grande parte ocasionados pelo narcotráfico, pela corrupção e insuficiência na atuação do governo. Por fazer divisa com os maiores produtores globais de drogas, o Brasil tornou-se um ponto central nas discussões sobre o narcotráfico. Além de ser um dos maiores centros logísticos de armazenamento e distribuição de drogas para o tráfico

internacional, concentra hoje o segundo maior mercado consumidor de ilícitos no mundo, atrás apenas dos Estados Unidos.

Mediante a profunda inserção do Brasil nas dinâmicas do tráfico internacional, torna-se necessário demonstrar como o país se insere dentro desse mercado e como as organizações criminosas brasileiras expandiram a atuação de suas atividades para além das fronteiras nacionais e se colocaram como um dos principais atores na expansão do tráfico internacional.

Por meio da análise das políticas voltadas para o combate ao narcotráfico na América do Sul e principalmente no Brasil, este trabalho tem como objeto de estudo identificar a inserção nacional dentro da estrutura do narcotráfico internacional e relatar como aconteceu o processo de internacionalização da principal organização criminosa brasileira.

Isso posto, o questionamento que essa pesquisa pretende elucidar é: Como as políticas de repressão ao narcotráfico impostas na América Latina influenciaram na inserção do Brasil nas dinâmicas do narcotráfico internacional e como através disso aconteceu o processo de internacionalização da maior organização criminosa brasileira, o Primeiro Comando da Capital (PCC), bem como o entendimento dessa organização como uma ameaça à segurança internacional através do referencial teórico da Escola de Copenhague proposta por Buzan (1989). Para isso, a metodologia utilizada para a construção dessa monografia foi a do tipo exploratória, analisando qualitativamente as informações colhidas de bibliografias, documentos, artigos, materiais jornalísticos e documentários.

Esse trabalho está dividido em quatro capítulos, neste primeiro tópico do capítulo, encontram-se os elementos referentes às diferentes definições do conceito de segurança bem como a evolução desse conceito através das alterações no Sistema Internacional. Em um segundo momento será abordado como e em qual momento o narcotráfico passou a ser entendido de fato como uma ameaça à segurança dos Estados.

No segundo capítulo deste estudo, serão abordadas as políticas de combate ao narcotráfico na América do Sul, que passam juntamente pela agenda securitária dos Estados Unidos voltada para a América Latina, uma vez que o continente latino-americano se torna o principal produtor e distribuidor de drogas de todo o globo. Posteriormente, com a estruturação desse cenário, introduziremos de que maneira o Brasil se insere nesse contexto diante do crescimento da produção e tráfico de

drogas na região sul-americana. Por ser um país que faz fronteira com os principais países produtores e possuir uma vasta área territorial, o Brasil é ponto chave e determinante para compreender a expansão do tráfico de drogas internacional.

Tendo o Brasil, portanto, como um ator determinante nas dinâmicas do narcotráfico internacional, o terceiro capítulo trará a gênese e a consolidação da principal organização criminosa brasileira ligada ao tráfico internacional, o Primeiro Comando da Capital (PCC). Demonstrando o processo de formação e expansão dentro do sistema prisional brasileiro e sua nacionalização, bem como a consolidação como protagonista no tráfico internacional de drogas na América Latina. O objetivo é tentar explicar de que maneira o Brasil passou de país de trânsito ao principal mercado consumidor de drogas da América Latina e segundo no mundo, e como essa organização criminosa brasileira tornou-se operacional em todo território latino-americano, tornando-se um dos maiores cartéis do mundo.

2. Segurança Internacional: evolução teórica e conceitual

Este capítulo irá tratar de uma discussão importantíssima dentro da teoria das relações internacionais, especificamente na área da segurança internacional analisando a evolução do conceito de segurança, considerando-se as alterações do debate teórico com o fim da Guerra Fria, quando novos atores novos cenários e novas questões de segurança passaram a ser relevantes dentro do sistema internacional.

2.1 Evolução teórica

Com o fim da bipolaridade, os estudos de segurança e seus conceitos passaram por transformação em decorrência das modificações no sistema internacional. De acordo com Buzan e Hansen (2009) houve um aumento significativo nos estudos sobre segurança após a Segunda Guerra Mundial e início da Guerra Fria. Os debates de segurança até aquele período já não eram capazes de explicar maneiras de se proteger o Estado contra ameaças internas e externas e eram canalizados para o aspecto militar-estratégico e no Estado, como principal ator relevante para a segurança internacional. Durante esse período os estudos giravam em torno das ameaças tradicionais, vinculadas diretamente à guerra, à força militar e as ações estratégicas e geopolíticas. (BUZAN; HANSEN, 2009).

No entanto, o fim da Guerra Fria e conseqüentemente da bipolaridade, resultou em alterações e redistribuição de poder entre os principais atores do sistema internacional, além de uma mudança na compreensão sobre a segurança dos Estados e indivíduos. Apesar disso, os Estados permaneceram como os principais atores no sistema internacional, porém, outros atores passaram a interagir dentro desse novo sistema, como as organizações não-governamentais (ONG's) e as empresas multinacionais, por isso os instrumentos convencionais não são mais os únicos capazes de desestruturar os Estados, mas também os novos atores internacionais.

Segundo PAGLIARI (2009), com o surgimento das novas tensões e dos novos tipos de ameaça, o conceito de segurança assumiu outro enfoque. As ditas novas

ameaças já estavam presentes ainda no período da bipolaridade, porém ainda não haviam sido incorporadas na agenda internacional de segurança, pois o foco dos estudos era o iminente conflito entre Leste-Oeste.

A definição clássica de segurança, onde a ameaça parte de um Estado soberano contra outro Estado, sendo a utilização das forças militares a única forma de supressão da ameaça, já não é mais competente o bastante para responder às ameaças que não possuem origem militar e que não partem necessariamente de um Estado contra outro. As novas ameaças foram agregadas às ameaças tradicionais, além de os novos atores passarem a ser considerados na nova configuração do sistema internacional.

Com a queda da União Soviética, o debate acadêmico e os setores de tomada de decisão viram a necessidade de redefinir o conceito de segurança e colocou em polos opostos acadêmicos e os setores de tomada de decisão entre aqueles que defendiam a expansão do conceito de Segurança Internacional (BUZAN,1998; KOLODZJIEKI,1992) tornando-o mais complexo e mais abrangente, e aqueles que defendiam a segurança como essencialmente militar e estratégica (WALT, 1991).

Segundo MESSARI (2004, p.4) “o objetivo da redefinição e ampliação da agenda de segurança internacional é adequar instrumentos distintos a ameaças distintas”. Por esta razão houve a distinção entre os assuntos de segurança de alta intensidade, *hard security*, onde utiliza-se do aparato militar para eliminar as ameaças. E os assuntos de segurança de baixa intensidade, *soft security*, onde prevalece a utilização de meios alternativos para supressão das ameaças. A distinção entre esses dois tipos de ameaça surgiu como forma de evitar a mobilização total do Estado para tratar certas ameaças e também evitar a ineficiência das ações e desperdício de recursos.

Existem quatro questões fundamentais que compõem o arranjo teórico de segurança internacional no contexto pós Segunda Guerra Mundial e Guerra Fria segundo Buzan e Hansen (2009). O primeiro ponto é se o Estado é, de fato, o objeto central de análise nos estudos de segurança. O segundo ponto é se as ameaças internas e externas devem ser relevantes para analisar questões de segurança. A terceira questão é a expansão dos estudos de segurança para além da análise militarizada. E, por último, se as questões de segurança estão diretamente conectadas com ameaças, perigos e urgências.

Segundo PAGLIARI (2009 p.24) essas mudanças resultaram em três frentes de perspectivas teóricas sobre a temática de segurança, que são a corrente tradicionalista (*Traditional Security Studies – TSS*); a *Escola de Copenhague*, que defende uma nova e ampla análise das questões de segurança. E a perspectiva crítica (*Critical Security Studies – CSS*).

De acordo com a corrente tradicionalista, as análises dos estudos da área de segurança devem considerar o Estado como ponto central de análise, abordando os conflitos internos de um Estado, além dos assuntos de guerra e paz. Para essa corrente não existe segurança internacional e sim segurança nacional (estatal). Já a perspectiva da Escola de Copenhague, vai na contramão da teoria tradicionalista, pois considera que os estudos de segurança devem ser ampliados para além da centralidade do Estado, e com isso incluir a atuação de atores não-estatais como as empresas multinacionais, organizações não governamentais e organizações intergovernamentais como partes do sistema (BUZAN; WÆVER, 2003). E por último, a perspectiva crítica coloca a segurança do indivíduo como unidade básica de análise, ou seja, defende que a segurança do indivíduo está à frente da segurança estatal. Está alinhada com a corrente da Escola de Copenhague no sentido de acreditar que os estudos de segurança não devem ser centralizados no aspecto estratégico-militar, no entanto, destoa das demais pois tem como princípio que as ameaças são socialmente construídas, resultantes das interações sociais entre pessoas e grupos.

Apesar do período contestatório e os questionamentos sobre a conceituação de segurança, os Estados não perderam sua condição de ator central nas relações internacionais, no entanto, para compreender o atual cenário internacional nas relações de segurança é necessário que os debates da agenda de segurança não sejam pautados apenas na análise do Estado como único ator relevante.

Em decorrência da insatisfação com a limitação das respostas da corrente tradicionalista para os assuntos contemporâneos de segurança, o debate cresceu e foi estimulado principalmente pelo crescimento no cenário internacional, das agendas econômica e ambiental e com o aumento das preocupações sobre os crimes transnacionais que evoluíram consideravelmente a partir do processo de globalização no final da Guerra Fria. Isso demonstra a incapacidade da corrente tradicionalista em explicar a evolução desses fenômenos (PAGLIARI, 2009).

Os autores da Escola de Copenhague propõem uma agenda diversificada de segurança, onde o objeto referencial de análise não é necessariamente o Estado. Segundo esses autores, o conceito de segurança está diretamente ligado com a sobrevivência, um tema será tratado como de segurança quando existir uma ameaça ao objeto tido como referência, que pode ou não, ser o Estado.

A segurança nacional tem como instrumento de proteção o Estado e todas as organizações que o formam, e está diretamente ligada à defesa da soberania territorial. No entanto, as ameaças aos Estados podem ser tanto internas quanto externas. Externas quando advêm de outros Estados por meio de suas instituições de defesa, a partir de uma agressão militar, sanções econômicas ou até mesmo pela diplomacia. E internas, quando possuem sua gênese dentro do próprio Estado.

Segundo PAGLIARI (2009, p.27) o conceito da Organização das Nações Unidas (ONU), a segurança é “uma condição na qual os Estados consideram que não existe perigo de uma agressão militar, pressões políticas ou coerção econômica, de maneira que podem dedicar-se livremente a seu próprio desenvolvimento e progresso”.

Ter segurança, no entanto, não implica necessariamente em ausência absoluta de uma ameaça ou proteção total de tudo e de todos. Conforme expõe CEPIK (2001, p.3) “por segurança nacional, entende-se aqui uma condição relativa de proteção coletiva e individual dos membros de uma sociedade contra ameaças plausíveis à sua sobrevivência e autonomia”.

De acordo com PAGLIARI:

não se pode construir segurança absoluta em um sistema anárquico, não há como estabelecer uma condição na qual se está totalmente protegido contra qualquer situação e contra quaisquer fontes de ameaça, por isso, a segurança vai ser sempre relativa (Pagliari,2009, p.27).

A segurança não é estática, existem diversas variáveis que devem ser analisadas para constituir o que é estar seguro, no entanto, as diversas ameaças à segurança estarão sempre presentes.

Diante da nova realidade que se iniciou após o fim da Guerra Fria, a região latino-americana também foi alvo das mudanças, através dos meios institucionais de segurança passou a agregar uma nova percepção de segurança com alcance multidimensional, uma vez que passou a incluir as novas ameaças além das tradicionais no seu enfoque.

Nesse cenário complexo que surge com o fim da Guerra Fria, torna-se necessário considerar nas análises de segurança as questões políticas, sociais, econômicas e ambientais, além do aspecto militar-estratégico. Considerar essas novas questões permite estabelecer definições de segurança mais adaptáveis à nova realidade internacional, através da incorporação das questões transnacionais. É fato que as questões de segurança não afetam todos os países de maneira idêntica, mas isso não deve impedir que o debate fique restrito. No continente americano por exemplo, apesar das divergências conceituais de segurança adotadas por alguns países em relação aos outros, foi estabelecida a necessidade de expandir a abordagem para as questões de segurança no continente, tornando-a mais adequada à realidade da agenda regional e ao novo cenário internacional. Ou seja, em decorrência dos novos desafios, “a região adotou uma conceituação multidimensional de segurança que abrange as ameaças tradicionais e as novas ameaças” PAGLIARI (2009, p.34).

Dentro desse contexto, se enquadra a problemática do narcotráfico como ameaça transnacional e que se tornou assunto importante na agenda regional e internacional após o período da guerra fria. Em razão disso, considera-se essencial a contribuição da Escola de Copenhague na evolução da conceituação que torna mais ampla e abrangente a agenda de segurança para além do aspecto estatal e militar, englobando os setores político, econômico e social. Desde o final do século XX, os Estados estão suscetíveis as ameaças transnacionais, novos tipos de ameaça que surgiram através da expansão terrorismo, do crime organizado e do narcotráfico. Essas ameaças têm origens não-estatais e desrespeitam qualquer fronteira física, ocasionando assim em um problema que não se refere apenas a um Estado, mas a um conjunto deles. O tráfico internacional de drogas hoje é apontado como uma das principais questões capazes de afetar a estabilidade da segurança dos indivíduos e Estados.

2.2 Narcotráfico: Nova ameaça à segurança

O narcotráfico configura-se hoje como um dos grandes temas de debate das Relações Internacionais. O narcotráfico criou um arcabouço extremamente complexo principalmente no subcontinente latino-americano, configurando-se como um dos processos sociais mais complexos da esfera pública global. É um tema de difícil inserção em uma área específica do conhecimento por se tratar de um debate que se concentra no limiar entre aquelas que são consideradas questões de segurança e aquelas consideradas questões de defesa.

Com o final da Guerra Fria, através do desmantelamento do sistema bipolar com o fim da URSS e ascensão hegemônica dos Estados Unidos, abre-se espaço para a construção de novos debates acerca das novas questões entendidas como ameaças à paz. Segundo VILLA E OSTOS (2005), o novo cenário de segurança após o período da Guerra Fria gerou uma enorme diversificação de interpretações a respeito do conceito de segurança, no entanto, havia consenso de que novos atores e novos procedimentos estariam nos núcleos de debate a respeito das ameaças à segurança internacional. Conforme SAINT-PIERRE (2012), em decorrência dessas mudanças, uma das principais consequências foi a criação do conceito de segurança multidimensional, que passou a considerar questões que antes não estavam no âmbito securitário. Através dessa nova perspectiva, temas como o narcotráfico passaram a ser entendidos como questões de ameaças aos Estados.

No século XX deu-se início na comunidade internacional, um ativo debate sobre a problemática das drogas, sobretudo pela liderança dos Estados Unidos iniciou-se a estruturação de uma política global de regulamentação e de combate ao comércio de drogas. Em 1909 na Conferência de Xangai¹, foram criadas as primeiras tratativas jurídicas e políticas para regulamentação de substâncias psicoativas - que nesse caso era exclusivamente o ópio- mas que serviu posteriormente em outras convenções para o estabelecimento de um padrão regulatório.

¹ A Conferência de Xangai teve a participação de treze países: Estados Unidos, China, Grã-Bretanha, França, Alemanha, Itália, Países Baixos, Portugal, Áustria-Hungria, Japão, Sião e Pérsia. Aconteceu diante de um contexto de expansão do consumo de ópio diante das dificuldades que a China encontrava em controlar o consumo e o fluxo de ópio exportado, além de controlar a entrada de ópio em solo estadunidense (CARVALHO,2014).

Quando abordamos a origem da problemática do narcotráfico, é impossível não tratar do proibicionismo, de acordo com RODRIGUES (2012) às origens do narcotráfico e do proibicionismo se mesclam. As discussões sobre a questão do narcotráfico e consumo de drogas, voltaram a ser debatidas na Conferência de Haia² em 1912, onde foi produzido o primeiro tratado internacional no campo da construção de um regime internacional de controle de drogas. Esse tratado não proíbe a produção, venda e consumo de qualquer substância, porém, era o passo inicial para implementação de um arcabouço regulatório da questão das drogas, que até aquele momento não tinha qualquer tipo de controle. No entanto, ainda segundo RODRIGUES (2012), os debates para regulamentação e proibição de algumas drogas, estava diretamente ligada a alguns grupos sociais, tendo como origem uma visão xenofóbica e racista.

Nos Estados Unidos, as campanhas contra certas drogas psicoativas foram, desde o início, mescladas a preconceitos, racismo e xenofobia. Drogas passaram a ser associadas a grupos sociais e minorias, considerados perigosos pela população branca e protestante, majoritária no país: mexicanos eram relacionados à maconha; o ópio vinculado aos chineses; a cocaína aos negros; e o álcool aos irlandeses. (RODRIGUES, 2009, p. 6)

Segundo CLOSS (2020) a primeira vez que as drogas e o narcotráfico são tratados como questão de segurança, é com a implementação do Harrison Act em 1914 nos Estados Unidos, quando houve a proibição de fato de um novo grupo de drogas. Posteriormente, com a criação do Comitê sobre o Ópio em 1920, houve uma intensificação na regulamentação sobre as drogas ao redor do globo.

No entanto, a ótica proibicionista de repressão aplicada na primeira metade do século XX não ocasionou em grandes mudanças no mercado de ilícitos, além de não cumprir com os objetivos propostos, contribuiu para impulsionar o tráfico. Uma das implicações imediatas foi de que no regime da proibição, o valor das drogas seguiu extraordinariamente inflado, e esses produtos continuaram sendo vendidos

² O tratado foi assinado por Alemanha, Estados Unidos, China, França, Reino Unido, Itália, Japão, Países Baixos, Pérsia, Portugal e Rússia.

em mercados ilegais muito acima de seus preços reais (SERRANO; TORO, 2005, p.242). Como afirma RODRIGUES (2012), o surgimento e ascensão do narcotráfico como negócio, aconteceu na sombra da ilegalidade e da política proibicionista, ao mesmo tempo em que as leis domésticas e internacionais eram produzidas visando a supressão desse desenvolvimento.

Após a Segunda Guerra Mundial, houve o crescimento da demanda por psicoativos, impulsionado pela facilitação da circulação de produtos e pessoas através do desenvolvimento tecnológico e dos meios de transporte no período pós 1945, além é claro dos altos lucros propiciados pela ilegalidade. Esse conjunto de fatores foi responsável por desenvolver o mercado de ilícitos e conseqüentemente torná-lo um problema transnacional.

Foi a partir disso, que o regime internacional de controle e combate ao tráfico de drogas começou a se desenvolver e se consolidar, unindo esforços para fortalecer a política proibicionista como estratégia para enfrentar aquilo que ele próprio produzira e impulsionara (RODRIGUES, 2012, p.14). A partir de então, ocorreram diversas convenções para tratar a problemática do tráfico de drogas, como a Convenção Única sobre Entorpecentes em 1961³; a Convenção sobre Substâncias Psicotrópicas em 1971⁴; e a criação do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes (UNODC⁵, na sigla em inglês). Segundo VILLELA (2015; 2013), a partir desses encontros ocorre a universalização da ótica proibicionista a partir de um consenso global legitimado pelas convenções.

No decorrer dos anos 1960 e 1970 mais especificamente, a política do regime internacional de combate ao tráfico de drogas ganha mais força e um poderoso

³ Esta convenção teve como objetivo combater o abuso de drogas por meio de ações internacionais coordenadas. De acordo com a UNODC, existem duas formas de intervenção e controle que trabalham juntas: a primeira é a limitação da posse, do uso, da troca, da distribuição, da importação, da exportação, da manufatura e da produção de drogas exclusivas para uso médico e científico; a segunda é combater o tráfico de drogas por meio da cooperação internacional para deter e desencorajar os traficantes.

⁴ Esta convenção tem o objetivo de combater o abuso de drogas por meio de ações internacionais coordenadas. Existem duas formas de intervenção e controle que trabalham juntas: a primeira é a limitação da posse, do uso, da troca, da distribuição, da importação, da exportação, da manufatura e da produção de drogas exclusivas para uso médico e científico; a segunda é combater o tráfico de drogas por meio da cooperação internacional para deter e desencorajar os traficantes.

⁵ A UNODC é uma agência especializada da Organização das Nações Unidas (ONU) criada em 1997, que tem como principal objetivo fiscalizar as atividades do tráfico internacional de drogas, terrorismo internacional, corrupção política e a prevenção do crime. Atua por meio de auxílio aos Estados-membros através da formulação de ações e aplicações de políticas de controle.

aliado com a materialização da política de combate às drogas de Richard Nixon⁶, quando declarou formalmente em 1971 a guerra às drogas, no original “*War on Drugs*”. Basicamente essa política dividia o tráfico de drogas entre países produtores e países consumidores, e alterou de forma significativa as diretrizes globais de combate ao narcotráfico, a lógica da segurança internacional e também a criação de instrumentos de combate ao narcotráfico como política de defesa do Estado. A idealização de que o narcotráfico e o combate às drogas são o inimigo número um dos Estados Unidos “legitima o uso de medidas excepcionais em nome da defesa do Estado e da sociedade” MERCANTE (2018, p.4). Nixon deu o primeiro passo em direção ao processo de securitização do narcotráfico quando trouxe para o campo da segurança a ideia de que as drogas são uma ameaça à segurança nacional estadunidense.

Segundo CLOSS (2020, p.133) “Em última instância, há a institucionalização do narcotráfico enquanto problema securitário, eliminando a perspectiva sanitária ou de saúde que havia anteriormente.” Com a intensificação das operações da *Drug Enforcement Administration* (DEA)⁷, na região andina e mexicana, o aparato militar e diplomático dos EUA se junta permanentemente na guerra às drogas.

Diante da perspectiva de redefinição das ameaças à segurança nacional, apesar das mudanças no regime internacional de combate ao tráfico de drogas ocorridas a partir dos anos 1960, foi apenas na administração de Ronald Reagan (1980 – 1988) que o narcotráfico passou definitivamente a ser entendido como uma ameaça à segurança nacional dos Estados Unidos e também a segurança regional “cujo combate deveria ser feito por meio de um ataque contundente *in locus* à oferta da droga” (VILLA; OSTOS, 2005, p.9). Consolidando assim o processo de securitização do narcotráfico, a partir de um projeto conjunto entre o secretário de Defesa e de Estado, houve uma alteração de estatuto que permitia o uso das Forças Armadas dos Estados Unidos a dar assistência em operações antinarcóticos no exterior para combater o narcotráfico.

⁶ Advogado e político estadunidense foi eleito o 37º presidente dos Estados Unidos em 1969 pelo partido republicano e governou o país até 1974 quando renunciou ao cargo.

⁷ Criado em 1973, o órgão federal de segurança faz parte do Departamento de Justiça dos Estados Unidos e tem como principal objetivo atuar na repressão e no controle dos narcóticos. Atua domesticamente com crimes relacionados ao tráfico de drogas, porém é o único órgão dos Estados Unidos com aprovação para atuar em investigações do narcotráfico no exterior.

A partir dos anos 1990, com a intensificação dos processos de globalização, as dinâmicas por trás do narcotráfico também sofreram alterações. As mudanças na produção e na rota do tráfico, resultaram em um volume maior de ilícitos saindo dos países produtores. No governo Bush (1989-1993) a guerra às drogas - que já fazia parte do vocabulário dos *policymakers* estadunidenses (CLOSS, 2020, p.133) - ganhou envergadura e se consolidou como elemento estruturante da política externa dos Estados Unidos. Desde então, a política externa e de defesa de grande parte dos países tem sido alinhada com a lógica estadunidense de guerra às drogas.

A intensificação das políticas antinarcóticos dos Estados Unidos através do processo de securitização da temática do narcotráfico, baseadas quase que exclusivamente no uso da repressão e da força contra a oferta de drogas, tem gerado consequências para o continente latino-americano. Bons exemplos disso são o Plano Colômbia e a Iniciativa Regional Andina, que foram criadas com o intuito de suprimir o avanço e expansão do narcotráfico, porém o que se notou foi que o narcotráfico se expandiu e se consolidou cada vez mais como veremos a seguir.

3. Narcotráfico na América Latina

Diante de uma problemática global sobre o tráfico de drogas, a América do Sul especialmente, passou a ter um papel de relevância nessa dinâmica a partir dos anos de 1960 e 1970 com um aumento da demanda de drogas - especialmente da cocaína - pelos Estados Unidos e pela Europa. Durante esse período, os Estados Unidos emergem como o maior mercado consumidor de drogas do mundo, e o governo estadunidense via o problema única e exclusivamente como consequência da grande oferta de drogas advinda dos países produtores que em maior volume estavam na América do Sul.

Os Estados Unidos, portanto, voltou sua política externa para o desmantelamento da produção de drogas na América do Sul, visando desestruturar toda a cadeia produtiva através da militarização do combate ao tráfico de entorpecentes. Devido à forte influência estadunidense no continente americano, quando se analisa as estratégias antinarcóticos desenvolvidas na América Latina, deve-se analisar também as políticas antidrogas elaboradas pelos Estados Unidos. Neste capítulo iremos abordar como a política externa dos Estados Unidos foi determinante para a implementação das políticas antidrogas na América Latina e quais as consequências dessas políticas para o continente.

3.1 Política antinarcóticos dos Estados Unidos para América Latina

Desde as primeiras as primeiras convenções ainda no século XX para regulamentação e proibição de substâncias ilícitas, o papel dos Estados Unidos tem sido essencial para entender a política proibicionista implementada desde então. Isso reordenou de forma significativa as políticas de defesa e os recursos políticos e financeiros de combate ao narcotráfico, os Estados Unidos então reformularam seus mecanismos de repressão, através da criação de uma agência centralizadora no

planejamento das operações antinarcoóticos, a Drug Enforcement Administration (DEA) em 1973. As primeiras operações para a implementação dessas novas políticas ocorreram inicialmente no Caribe e no México, posteriormente com a expansão do tráfico de cocaína, as políticas antidrogas estadunidenses voltaram-se para os países andinos (Bolívia, Peru e Colômbia) RODRIGUES (2012).

Assim, o Estado norte americano dá rosto e localização ao inimigo: os Estados produtores das drogas consumidas no interior de seu país. O inimigo interno agora é, também, uma ameaça internacional, o que é uma importante fundamentação retórica para justificar as ações intervencionistas estadunidenses na América Latina". (SILVA, 2015, p.125).

Na década de 1980, devido ao crescente consumo de drogas nos Estados Unidos, e conseqüentemente os agravamentos sociais com a intensificação do crime e da violência, o governo dos Estados Unidos adotou medidas severas de repressão e controle do tráfico de drogas. Em 1986, no mandato de Ronald Reagan foi aprovado o Decreto de Segurança Nacional 221 (National Security Decision Directive - NSDD-221), afirmando que o narcotráfico era o inimigo número um do continente americano.

A estratégia de combate e controle do tráfico de drogas a partir do decreto NSDD-221 ratificado por Reagan, estava pautada na redução da oferta, que consiste diretamente no combate às fontes produtoras de drogas para eliminar o problema na origem⁸. Diante disso, criaram-se acordos e mecanismos de cooperação, que tinham como as principais táticas: acabar com as fontes de produção mediante erradicação das plantações ilícitas; destruição de laboratórios de processamento e armazenamento de drogas; destruição de portos e aeroportos clandestinos. Segundo GUZZI (2008), a política implementada por Reagan, baseava-se em duas ações fundamentais: (1) A mobilização das Forças Armadas dos Estados Unidos para atuação em território estrangeiro e (2) a utilização da diplomacia retaliatória, que consistia basicamente em sanções econômicas e políticas aos países alvo.

Através da criação de acordos e mecanismos de cooperação, o governo dos Estados Unidos elaborou um processo de certificação antidrogas. Esse processo

⁸ Durante esse período a América Latina, em especial a Colômbia, detinha cerca de 80% de toda produção mundial de cocaína.

consistia na definição, avaliação e qualificação de quais países são produtores de droga, quais são países de trânsito e se os seus governos cooperaram com as medidas estadunidenses impostas ao combate à produção e tráfico de drogas. Esse processo de certificação antidrogas passa por aprovação no executivo estadunidense e trata-se de uma avaliação unilateral com os Estados Unidos visto que a política interna estadunidense possui mecanismos legais onde algumas instâncias do governo e do congresso podem pedir a opinião do presidente e sua equipe de assessores sobre os esforços de um determinado país sobre a questão das drogas. Posteriormente ao processo de avaliação, os países avaliados são catalogados em três categorias:

1. *Países certificados*: São países que demonstraram compromisso com a luta antidrogas e atingiram os objetivos propostos pela Convenção das Nações Unidas de Drogas Narcóticas e Substâncias Psicotrópicas de 1971, além de ter cumprido com ações de prevenção ao cultivo, produção, distribuição e transporte de drogas e também da lavagem de dinheiro. Devem também atingir metas estabelecidas em acordos bilaterais com os Estados Unidos.
2. *Países certificados por razões de interesse nacional*: São países que não cumpriram com todos os pré-requisitos estabelecidos pela política antidrogas, mas que por razões políticas, econômicas ou estratégicas, são de interesse dos Estados Unidos.
3. *Países descertificados*: São países que não demonstraram compromisso na luta contra as drogas e não cumpriram os pré-requisitos estabelecidos pela política antidrogas. O país que não atinge as metas estabelecidas pelo governo dos Estados Unidos sofre com as sanções econômicas e políticas promovidas pelos EUA, além de deixar de receber assistência que o governo estadunidense fornecia a esse país, enfrentam dificuldades em conseguir empréstimos em bancos multilaterais de desenvolvimento.

A política de certificação consiste em uma lista de países considerados pelo governo estadunidense como centros de produção e distribuição de drogas. Essa lista publicada anualmente, detalhava quais países estavam engajados na luta contra o narcotráfico e quais não. Os países que sofriam descertificação por parte dos Estados Unidos enfrentavam dificuldades em acessar empréstimos financeiros externos, sofriam sanções e pressões diplomáticas.

Sob a ameaça de descertificação, vários países viram-se forçados a ceder às exigências de militarização do combate às drogas, erradicação de cultivos, assinatura de acordos bilaterais antidrogas, operações de interdição, extradição de criminosos, aceleração de reformas legais e investigações sobre lavagem de dinheiro e outras medidas. (SILVA, 2013, p.144).

Além disso, ainda durante a administração de Reagan, o governo estadunidense elevou de 61% em 1982 para 69% em 1989 seus recursos administrativos destinados à guerra às drogas, como pode ser observado na tabela 1, que demonstra o valor destinado ao combate do tráfico de drogas nos anos do governo Reagan, onde aproximadamente 70% do montante financeiro foi destinado às políticas de redução de oferta -, enquanto os 30% restantes foram destinados a políticas de redução de demanda.

Tabela 1 - Valores destinados ao combate às drogas no Governo Reagan (1982-1989).

| Ano Fiscal | Total do valor (em milhões de dólares)* | Valor destinado à redução de oferta | % do total destinada à redução de oferta | Valor destinado à redução de demanda | % do total destinada à redução de demanda |
|--------------|---|-------------------------------------|--|--------------------------------------|---|
| 1982 | 2,903.4 | 1,768 | 61% | 1,135.4 | 39% |
| 1983 | 3,268.4 | 2,044.9 | 63% | 1,223.5 | 37% |
| 1984 | 3,707.3 | 2,464.8 | 66.5% | 1,242.5 | 33.5% |
| 1985 | 4,167.1 | 2,856.6 | 68.5% | 1,310.5 | 31.5% |
| 1986 | 4,284.8 | 2,976.5 | 69.5% | 1,308.3 | 30.5% |
| 1987 | 6,876.3 | 4,825.9 | 70% | 2,050.4 | 30% |
| 1988 | 6,486.7 | 4,413.5 | 69% | 2,073.7 | 31% |
| 1989 | 8,759.5 | 5,993.5 | 69% | 2,766 | 31% |
| Total | 40,453.5 | 27,163.5 | 67% | 13,290.0 | 33% |

Fonte: GUZZI, 2008, p.25

Vale destacar a discrepância entre os recursos destinados ao combate à redução da oferta e aquele destinado à redução da demanda e como esses recursos foram aumentando no decorrer dos anos para a redução à oferta na mesma proporção em que diminuíram na redução da demanda. Enquanto no primeiro ano da política antidrogas de Reagan o valor destinado a redução da demanda

correspondia a 39% do montante total, no último ano de mandato do republicano esse valor estava 8% menor em relação ao total, sendo que o capital destinado à redução da oferta triplicou até o último ano de mandato. Essa desproporcionalidade entre os recursos destinados à redução da oferta e da demanda transformar-se-á em um padrão das políticas antidrogas dos Estados Unidos, dando mais ênfase no combate à oferta através da militarização da problemática das drogas.

3.1.1 A Estratégia Andina:

Em 1991, já no governo Bush, foi aprovada a Seção 1004 da NDAA (National Defense Authorization Act) que permitiu o Departamento de Defesa (DOD) utilizar seu orçamento para agências de segurança dos EUA ou estrangeiras para ações antidrogas ou operações de combate ao crime organizado transnacional. O suporte é destinado a diferentes tipos de assistencialismo militar como: treinamento de militares; inteligência; fornecimento de equipamento e assistência logística com o objetivo de combater o tráfico de drogas. Como medida voltada diretamente para a América Latina, o governo Bush, através do Decreto de Segurança Nacional (NSD) 18 declarou que a guerra contra a produção e o tráfico de drogas, transformava-se em uma missão de alta prioridade para o Departamento de Defesa, isso culminou no desenvolvimento e criação da *Estratégia Andina* que destinava significativos recursos para suporte militar e econômico, como pode ser visto na tabela 2, e tinha como objetivos basilares:

- (i) o fortalecimento das instituições policiais e de suas ações nos países da região andina – Bolívia, Colômbia e Peru; (ii) o aumento do efetivo das Forças Armadas; (iii) a investigação e desarticulação das principais organizações responsáveis pelo tráfico de drogas; (iv) o aumento da assistência financeira aos países andinos (GUZZI, 2008 p.43)

Tabela 2 - Valores (em milhões de dólares) da Estratégia Andina

| | 1989 | 1989 | 1990 | 1991 | Total |
|-----------------|------------|------------|------------|------------|--------------|
| Bolívia | 88 | 85 | 138 | 210 | 521 |
| Colômbia | 14 | 21 | 62 | 130 | 227 |
| Peru | 71 | 64 | 98 | 168 | 401 |
| Total | 173 | 170 | 299 | 508 | 1.150 |

Fonte: Pagliari (2009, p. 151).

No entanto, o que aconteceu na prática foi diferente do que pretendiam os países andinos, pois, enquanto solicitavam auxílios financeiros e estímulos comerciais buscando o desenvolvimento econômico da região, os Estados Unidos destinou a maior parte dos recursos ao setor militar. A Estratégia Andina, portanto, buscou legitimar a atuação das Forças Armadas dos EUA na América Latina no combate ao tráfico de drogas. Outro ponto de destaque, é a formação de um conselho composto por representantes militares dos EUA, do Comando Sul (*USSOUTHCOM*⁹, sigla em inglês) e da Agência de Inteligência (*CIA*)¹⁰ com o objetivo de auxiliar o Ministério da Defesa da Colômbia na reorganização das redes de inteligência militar.

Assim, segundo GUZZI (2008), pode-se afirmar que houve três tendências no combate às drogas durante a administração de George H.W. Bush¹¹ (1989-1993). A chamada “*cocainização*” devido ao massivo aumento do consumo de cocaína nos Estados Unidos. A “*andinização*” pela região andina ter se tornado o foco da guerra antidrogas, concentrando exclusivamente e desproporcionalmente as políticas e operações voltadas a esse combate. E por fim, a “*militarização*”, pois foi o governo

⁹ USSOUTHCOM – Comando Sul dos Estados Unidos faz parte do Departamento de Defesa e foi criado em 1963 com o objetivo de elaborar planos de contingência, operações e cooperações de segurança para a América do Sul e o Caribe.

¹⁰ Criada em 1947, a Agência de Inteligência civil é encarregada de fornecer informações de segurança nacional diretamente para o gabinete presidencial, através de ações secretas de coleta de dados e contrainteligência.

¹¹ Foi político, embaixador nas Nações Unidas e diretor da Agência de Inteligência (CIA). Esteve à frente do governo dos Estados Unidos durante os anos de 1989 e 1993 pelo partido republicano, sendo o 41º presidente estadunidense.

que mais utilizou as Forças Armadas dos Estados Unidos para combater a guerra antinarcóticos, tanto internamente, mas principalmente externamente.

Apesar dos esforços empreendidos pelo governo dos Estados Unidos e dos países andinos na década de 1990 para supressão do avanço das produções e exportações de drogas, houve um crescimento na produção de cocaína, principalmente na Colômbia, e que se tornou também o maior produtor de maconha e papoula - produto primário para produção de heroína e ópio -. Essa estratégia antidrogas adotada na região, eclodiu profundos problemas sociais, econômicos, políticos, militares e também ecológicos nos países andinos.

3.1.2 O Plano Colômbia:

A Colômbia especificamente, tem sido fortemente afetada nas últimas décadas pelo tema das drogas na América do Sul. Devido a política de repressão, houve um deslocamento das produções de folha de coca, que se concentravam em maior volume no Peru e Bolívia, para dentro do território colombiano. Devido ao conflito armado interno que já era crescente no território colombiano, a precária presença do Estado em algumas regiões e a incapacidade de lidar com os problemas internos, quando houve a migração das produções de coca para a Colômbia, os grupos que ali atuavam encontraram o panorama ideal para prosperar. No final dos anos 1990, a Colômbia enfrentava uma crise institucional que se intensificou, sobretudo, com o crescimento da produção de cocaína e consequentemente o aumento do fluxo de drogas exportadas. Foi então que:

a sociedade colombiana percebeu, um fenômeno que tinha crescido silenciosamente nas suas entranhas, e começou a se dar conta também de que o cultivo, o processamento e o tráfico de drogas já tinha criado raízes profundas na vida nacional, gerando o negócio mais lucrativo e que mais dinheiro movimentava no país. Tinha comprometido milhões de pessoas, introduzindo-se na política tradicional e nas guerrilhas, gerando grupos armados para proteger o negócio ilegal. (VALENCIA, 2005, p. 79).

Diante desse contexto, o governo de Andrés Pastrana¹², desenvolveu uma agenda para o processo de paz, baseada em um projeto nacional que tinha como princípios necessários:

renúncia à violência como opção política e respeito aos direitos humanos; observância dos princípios democráticos do Estado de Direito; preservação da soberania, integridade territorial e unidade nacional e monopólio do uso da força pelo Estado de Direito. (BORDA MEDINA, 2000).

O governo colombiano, portanto, adotou uma estratégia de recuperação e desenvolvimento econômico e social, além de promover a segurança e a justiça mediante o avanço na construção da paz através da “diplomacia pela paz¹³” com os principais grupos guerrilheiros - *Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia* (FARC) e o *Ejército de Liberación Nacional* (ELN), essa estratégia foi denominada como Plano Colômbia. (VILLA e OSTOS, 2005).

No entanto, para que o plano de desenvolvimento proposto pelo governo colombiano obtivesse êxito, era necessário que fosse feito mediante apoio internacional, muito por conta da falta de recursos financeiros próprios, mas também como resposta multilateral ao problema do tráfico de drogas. Ao buscar apoio internacional para implementação do plano, a Colômbia deparou-se com pouco entusiasmo por parte dos atores internacionais no fornecimento de recursos financeiros e apoio político diante da pouca credibilidade colombiana nos foros internacionais e na inexistência de um planejamento de combate ao narcotráfico bem definido.

Como forma de garantir apoio político e assistência financeira dos Estados Unidos, SANTOS (2011, p. 52) descreve que Andrés Pastrana, alinhou-se à perspectiva estadunidense de combate ao narcotráfico, assumindo assim os

¹² Andres Pastrana Arango foi presidente da Colômbia pelo Partido Conservador Colombiano, durante o período de 1998 até 2002.

¹³ Os esforços para estabelecer vias de conversação pacífica com os grupos insurgentes colombianos, principalmente as *Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia* (FARC) e o *Ejército de Liberación Nacional* (ELN), iniciaram-se no primeiro mandato de Andres Pastrana. No entanto, ao final de seu mandato resolveu encerrar as negociações com esses grupos, fortemente influenciado pela estratégia estadunidense com relação ao Plano Colômbia, o que posteriormente seria também a política do seu sucessor Álvaro Uribe (2002-2010).

aspectos bilaterais dos programas antidrogas dos Estados Unidos. Ainda segundo SANTOS (2011), essa mudança de perspectiva por parte do governo colombiano aconteceu pelo encadeamento de diversos fatores:

primeiro, as imensas dificuldades do debilitado Estado colombiano para deter o crescente poder do narcotráfico no país, inicialmente o dos cartéis de Cali e Medellín, e depois o dos inúmeros “micro-cartéis” regionais; segundo os tremendos recursos econômicos gerados pelo narcotráfico, que, além de contribuírem para exacerbar os históricos índices de violência e de corrupção, também incrementaram o poderio dos paramilitares de direita e das guerrilhas de esquerda, fazendo com que o conflito interno armado assumisse dimensões trágicas e gigantescas (...); terceiro, as intensas pressões, ameaças e sanções dos EUA, que atingiram o ponto máximo no governo colombiano de Ernesto Samper (1994-1998), no qual os norte-americanos tiraram a Certificação e qualificaram o país como uma “narcodemocracia”, o que contribuiu para, entre outras consequências, (...), a perda de credibilidade do país no exterior e a deterioração da situação econômica; quarto, a percepção de determinados grupos sociais, econômicos e políticos colombianos de que a internacionalização da política antidrogas, nos marcos dos EUA, poderiam ser vantajosa para a realização dos seus objetivos internos; quinto, a percepção de vários setores da sociedade de que o debilitado Estado colombiano não possuía capacidade para derrotar os grupos armados ilegais, necessitando de ajuda externa para enfrentar o conflito armado interno. (SANTOS, 2011, p.52)

O Plano Colômbia inicialmente elaborado pelo governo colombiano de Andrés Pastrana, posteriormente alterado pelos Estados Unidos na elaboração final do projeto. Essa estratégia obteve apoio financeiro do governo estadunidense, sendo aprovado pelo Congresso norte americano um pacote de assistência de 7,5 bilhões de dólares, sendo esse montante subdividido em três componentes principais: I) quatro bilhões de dólares desembolsados pelo governo colombiano destinado a investimentos sociais e a fomentação da substituição de plantios de coca para população vulnerável afetada pela violência; II) 1,3 bilhão de dólares desembolsados pelo governo dos Estados Unidos atribuído à assistência militar, financeira e logística para o combate ao narcotráfico na região andina¹⁴ mas principalmente Colômbia; III)

¹⁴ O congresso americano aprovou o desembolso de 1,3 bilhão de dólares, sendo 860,3 milhões de dólares destinados à Colômbia e 329 milhões divididos entre Bolívia, Equador e Peru (VILLA, 2007).

1,7 bilhão de dólares desembolsados pelos países europeus para a promoção da paz (SANTOS, 2011, p.54).

Portanto, o Plano Colômbia possuía cinco pontos estratégicos principais, sendo eles: I) estabelecimento da paz; II) desenvolvimento da economia colombiana; III) desenvolvimento social e fortalecimento das instituições democráticas; IV) luta na supressão do narcotráfico; V) promoção da segurança e da justiça através de reforma no sistema judicial e na tutela dos direitos humanos.

No entanto, apesar do caráter inicialmente assistencialista do Plano Colômbia, o que se evidenciou na prática foi justamente o contrário. A versão original proposta por Pastrana, através da negociação entre o governo e as FARC, ficou definido um plano de investimentos produtivos, voltado para o desenvolvimento nas áreas pobres e isoladas da Colômbia, além da decisão de o governo e as FARC definirem conjuntamente o destino dos recursos financeiros provenientes do financiamento do plano pela comunidade internacional. No entanto, quando os Estados Unidos entraram em cena, a primeira medida foi descartar as discussões com as FARC, desmantelando as bases do projeto inicial. O Plano Colômbia se consolidou diante de uma visão militar do combate às drogas, com poucas diferenciações em relação às políticas até então implementadas no combate ao tráfico de drogas.

Segundo PAGLIARI (2008), além do montante total de US\$ 860,3 milhões, a Colômbia recebia anualmente cerca de US\$ 330 milhões em ajuda militar, que eram majoritariamente empregados na capacitação e treinamento de militares. O restante do montante, cerca de US\$ 459 milhões dividiu-se em duas finalidades: US\$ 180 milhões para ajuda aos países vizinhos a Colômbia e US\$ 278,8 milhões para serem utilizados pelas autoridades estadunidenses como o Departamento de Defesa para melhoramento das bases militares no Equador, Aruba e Curaçao; além do desenvolvimento de programas de inteligência e aperfeiçoamento de equipamentos.

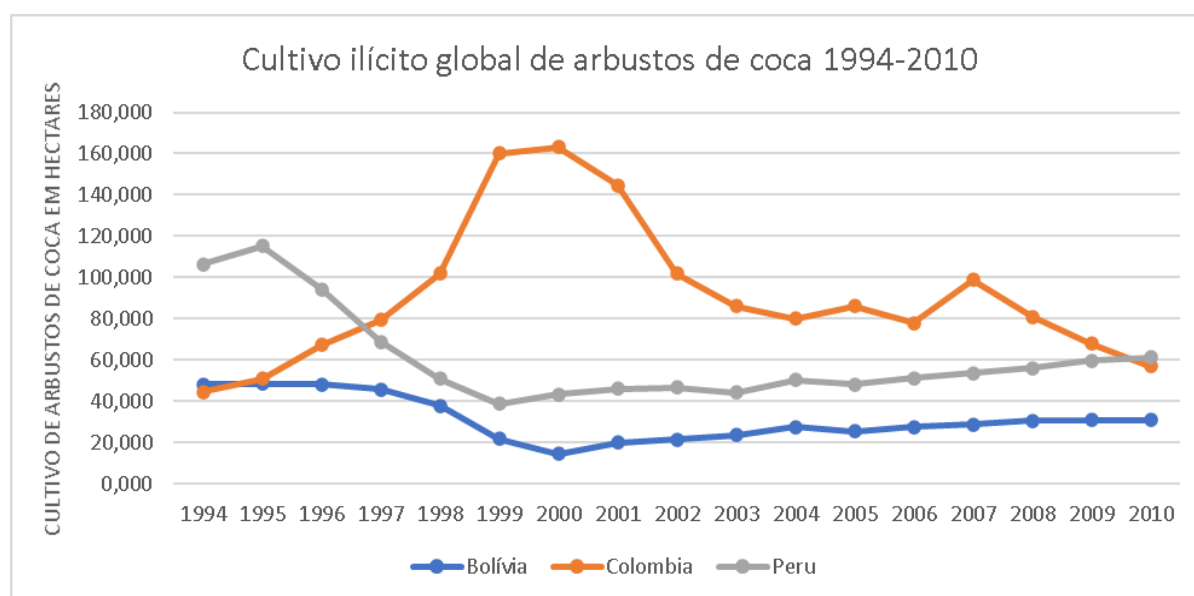
Como dito anteriormente, o projeto inicial do Plano Colômbia acabou sendo modificado para além de um plano unicamente nacional, transformou-se em um plano com enfoque regional através da ajuda financeira destinada aos demais países fronteiriços com a Colômbia. O objetivo do dimensionamento regional da problemática das drogas, era evitar que ocorresse o deslocamento para os países vizinhos a Colômbia a produção e fabricação de cocaína. Porém, se ao longo da década de 1990 a produção deslocou-se para a Colômbia devido a implementação

da Estratégia Andina proposta pelos Estados Unidos, a partir da consolidação do Plano Colômbia houve deslocamento para a Bolívia e o Peru onde o cultivo de coca cresceu (PAGLIARI, 2009).

Como pode ser observado na Figura 1, em 1990 a Colômbia tinha uma área total de 40.100 hectares de plantações de coca, esse número subiu gradativamente de 50.900 ha em 1995, 67.200 ha em 1996, 160.100 ha em 1999, para em 2000 atingir o ápice com 163.300 hectares de plantações de coca (UNODC,2010). Esse número significa um crescimento de 407% de área cultivada com plantações de coca. No entanto, a partir da implementação do Plano Colômbia e consequentemente um aumento das fumigações aéreas nas áreas de cultivo, houve uma diminuição significativa em hectares da área cultivada, atingindo 86.000ha em 2003, 78.000ha em 2006 e cerca de 50.000ha em 2013.

Sob outra perspectiva, o Peru, que atingiu o patamar de 121.300 hectares cultivados com coca em 1990 viu esse número despencar cerca de 36% nos anos 2000, atingindo 43.400 hectares cultivados. No entanto, houve um novo aumento a partir de 2001, atingindo 51.400 ha em 2006, segundo a UNODC, o cultivo no Peru variou entre 40.000 a 65.000 hectares durante a década de 2010 (PAGLIARI, 2009).

Figura 1 - Cultivo ilícito global de arbustos de coca 1994-2010



Fonte: Autoria própria, baseado no relatório UNODC, 2009, p.64 e UNODC, 2011, p.99.

Apesar dos enormes investimentos financeiros destinados ao combate à produção e comercialização da cocaína, percebe-se através da Figura 1 que o cultivo de coca era maior no início dos anos 2000 do que durante a década de 1990, acompanhado do número elevado de hectares cultivados está a produção de cocaína que também acompanhou esse movimento. De certo modo, isso pode ser explicado pela disparidade de recursos alocados na contenção da oferta e os recursos alocados para medidas de desenvolvimento social e fortalecimento do Estado.

O Plano Colômbia, se analisado de uma perspectiva única e limitada, cumpriu de certa maneira com o seu real propósito, conseguiu diminuir o cultivo de coca através dos programas de fumigação e também desmantelar parte do ciclo produtivo da cocaína. No entanto, existe a dificuldade em deparar-se com resultados realmente efetivos da aplicação do plano que teve como estrutura básica a contenção da oferta através da fumigação e militarização do conflito e que deixou de enfrentar o problema através de uma visão multilateral. Não excluindo a importância da fumigação para as plantações ilícitas de coca, porém, analisar apenas os altos índices de hectares fumigados como ponto positivo, sem levar em consideração o baixo esforço do Estado como garantidor do desenvolvimento social e econômico, é tornar o problema simplório.

Como consequência do Plano Colômbia produziu-se segundo PAGLIARI (2009, p.182) o que pode ser entendido como “efeito balão”, ou seja, a irradiação do problema das drogas para os outros países da sub-região andina, afetando inicialmente os países fronteiriços a Colômbia, mas também um intenso deslocamento, principalmente para o México e para as regiões do Caribe e América Central.

3.1.3 Iniciativa Regional Andina:

A Iniciativa Regional Andina, surge em um momento de muita tensão global. Primeiro, através da regionalização da problemática do tráfico de drogas através da implementação e enrijecimento do Plano Colombia, e segundo, pelos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, que modificaram de maneira severa as diretrizes de segurança e a política de segurança dos Estados Unidos, tanto no plano interno quanto no plano externo.

Após os atentados de 11 de setembro, a guerra contra o terrorismo, tornou-se o foco principal da segurança e política externa dos Estados Unidos, o governo de George W. Bush¹⁵ deixou de distinguir as ações de grupos guerrilheiros, paramilitares e narcotraficantes na região andina. Com isso, o combate de um passou também a significar o combate do outro, a até então *guerras às drogas*, passou a ser também a *guerra ao terrorismo (war on terrorism)*. Se até os atentados de 11 de setembro o combate não-declarado às guerrilhas eram justificadas pelo argumento de que eram um empecilho para combater o narcotráfico pois protegiam toda estrutura produtiva e de comércio da cocaína, após os atentados, o combate a essas organizações guerrilheiras obteve legitimação jurídica. O entendimento de *narcoguerrilha* e *narcoterrorismo*, deixou de ser apenas uma mudança conceitual, mas passou a ser uma mudança no campo político.

Portanto, em 2001 durante a III Cúpula das Américas¹⁶, o governo Bush elaborou a Iniciativa Regional Andina, que direcionava fundos não apenas para a Colômbia, mas também a todos países andinos, além da participação do Brasil e do Panamá como recebedores de apoio financeiro. A iniciativa Regional Andina previa um orçamento total de US\$ 882.3 milhões para o ano fiscal de 2002 e distribuído da seguinte maneira:

Tabela 3 - Valores (em milhões de dólares) da Iniciativa Regional Andina

| | |
|-----------|-------|
| Colômbia | 399 |
| Peru | 206.1 |
| Bolívia | 143.5 |
| Equador | 76.5 |
| Brasil | 26.2 |
| Panamá | 20.5 |
| Venezuela | 10.5 |

Fonte: PAGLIARI, 2009

¹⁵ Político estadunidense, foi eleito o 43º presidente dos Estados Unidos pelo partido republicano. Governou por dois mandatos consecutivos entre os anos de 2000 e 2009.

¹⁶ Aconteceu em abril de 2001 em Quebeque no Canadá. Um dos assuntos principais foi a criação da Carta Democrática Interamericana para o fortalecimento e proteção da democracia.

A disparidade de recursos financeiros destinados à Colômbia, explica-se pela relevância deste país dentro das dinâmicas envoltas do narcotráfico, além da sua prioridade estratégica no combate ao tráfico de drogas, portanto, 63% dos recursos seriam destinados à Colômbia, e o restante dividido em ordem de prioridade entre os demais países. Segundo VILLA E OSTOS (2005):

A partir da Iniciativa Regional Andina (2001), uma tentativa de Bush em fornecer apoio financeiro aos países daquela região – principalmente a região ao sul do Panamá, os EUA procuraram dar assistência a seus “aliados” (Colômbia, Equador, Bolívia), persuadir aos países “duvidosos” (Peru) e pressionar os “opositores” (Venezuela, Brasil e Argentina). O objetivo era estabelecer uma política comum contra o narcotráfico na Colômbia. Em termos reais, porém, a iniciativa significou a intensificação da pulverização dos cultivos de maconha, folha de coca e papoula, a proibição de carregamentos destinados aos EUA e a Europa, a extradição de condenados por narcotráfico e maior vigilância nos postos fronteiriços (VILLA E OSTOS, 2005, p.15).

A Iniciativa Regional Andina não pode ser restringida apenas ao combate antidrogas, o programa possui elementos estratégico-militares e geopolíticos, além da reformulação da Segurança Nacional dos países envolvidos, configurando um sistema regional de segurança contra o narcotráfico e o terrorismo.

Este capítulo, buscou abordar as principais políticas de combate ao tráfico de drogas aplicadas na América do Sul, desde os anos 1960 com a implementação da “war on drugs”, passando pela evolução do conflito e das políticas de repressão, até a evolução para o Plano Colômbia e a Iniciativa Regional Andina, como a representação máxima da intervenção estadunidense no combate ao narcotráfico nos países latino-americanos, que caracterizou-se basicamente em auxílios financeiros e militares para enfrentamento do impasse das drogas. O papel dos Estados Unidos foi extremamente decisivo para a implementação e “imposição” das políticas adotadas na América Latina.

Analisando-se a evolução do conflito em torno das drogas, fica evidente seus efeitos em diferentes níveis em vários países do continente americano, sobretudo nos países fronteiriços com a Colômbia e da sub-região Andina. Apesar da

centralidade do conflito na região andina, houve o transbordamento do problema principalmente para os países fronteiriços à região andina e aos demais países latino-americanos.

As políticas repressivas e de militarização do conflito, foram ineficientes na resolução do problema, pois não tiveram a capacidade de desestruturar significativamente o narcotráfico no continente. A cadeia produtiva em torno da droga, não sofreu mudanças significativas com o enrijecimento das políticas repressivas, esse problema vai muito além da militarização e repressão, “são necessárias políticas públicas com ênfase em programas alternativos que gerem renda e emprego” PAGLIARI (2009, p.191). A resposta deve vir através de políticas multilaterais que visem a redução de danos a sociedade e as instituições, tratando-o de forma coletiva frente a um problema transnacional.

Apesar das medidas terem obtido ínfimos êxitos, como a diminuição da área cultivada com arbustos de coca em algumas regiões, não implicou na diminuição da capacidade produtiva, ao contrário disso, tornou-a mais eficiente. O que verificou-se na verdade com a diminuição das áreas plantadas, foi o transbordamento do problema para outros países latino-americanos e com isso estimulou a pulverização ainda maior dos grupos criminosos em pequenos micro cartéis que já verificava-se desde o desmantelamento dos cartéis de Medellín e Cali na primeira metade dos anos 1990.

Essa pulverização dos grupos criminosos provocou conseqüentemente a alteração das rotas do narcotráfico, passando das que atravessavam pelo Caribe, utilizadas pelos colombianos, para as do Golfo do México, do Pacífico e da América Central, e claro, pelo próprio território mexicano, acentuando a distribuição de poder em diversas organizações criminosas pelo continente americano.

Torna-se importante fazer um levantamento histórico do problema das drogas na América Latina, pois serve como ponto central para entender como o Brasil tornou-se tão importante dentro das dinâmicas do tráfico de drogas. O Brasil que era tido como apenas um corredor para a exportação de drogas, hoje configura-se como um dos principais mercados consumidores e exportadores, além de um centro importante para a lavagem de dinheiro proveniente do crime organizado.

É nesse contexto que abordaremos no capítulo seguinte, como o Brasil se insere na dinâmica do narcotráfico, o papel de relevância que desempenha nesse mecanismo e como um grupo que surgiu dentro de um presídio brasileiro, encontrou

um ambiente favorável para prosperar e se consolidar em todo território nacional diante de um mercado aberto, e posteriormente através da internacionalização da organização, até tornar-se o principal cartel de drogas em atividade na América Latina.

4. A inserção brasileira nas dinâmicas do narcotráfico

Entender o contexto histórico da formação e consolidação do narcotráfico na América Latina, bem como as políticas implementadas para eliminação desse problema, é fundamental para situar e compreender como o Brasil passou a desempenhar um papel importante e preocupante diante da crescente e constante expansão do tráfico internacional. Como visto nos capítulos anteriores, assim como toda região sul-americana, o Brasil vem sendo afetado diretamente pelos efeitos de uma política que sustenta o combate à oferta através de políticas de repressão. No entanto, as políticas de repressão não ocasionaram na diminuição da oferta, mas sim na pulverização do problema e da atuação das organizações criminosas para outros países, entendida como “efeito balão”. Consequentemente a transnacionalização do narcotráfico provocou mais violência urbana, além do acompanhamento de outros crimes como lavagem de dinheiro, tráfico de armas e corrupção, necessários para a manutenção da cadeia de produção, processamento e distribuição do narcotráfico. Considera-se de fundamental importância entender os fatores externos, pois são eles que vão moldar a institucionalização das políticas nacionais de tratamento e combate às drogas e ao narcotráfico.

Por fazer fronteira com os maiores produtores globais de drogas, (principalmente a cocaína) o Brasil desponta geoestrategicamente como rota fundamental para o escoamento da cocaína e por isso tornou-se um ponto central nas discussões sobre o narcotráfico. Além de ser um dos maiores centros logísticos de armazenamento e distribuição de drogas para o tráfico internacional, concentra hoje o segundo maior mercado consumidor de ilícitos atrás apenas dos Estados Unidos (UNODC, World Drug Report, 2012).

Mediante a profunda inserção do Brasil nas dinâmicas do tráfico internacional, torna-se necessário demonstrar como o país se estabelece dentro desse mercado e como as organizações criminosas brasileiras expandiram a atuação de suas

atividades para além das fronteiras nacionais e se colocaram como um dos principais atores no contexto do narcotráfico internacional, além dos problemas nacionais desencadeados pelo envolvimento brasileiro nessa atividade.

4.1 O enfrentamento do Estado brasileiro ao narcotráfico internacional

Até a década de 1910 pouco se discutia na legislação brasileira sobre regulamentação ou medidas repressivas de comércio e consumo de substâncias psicoativas. Apesar da primeira lei sobre o controle de drogas psicoativas ter sido firmada no Brasil em 1921, as reformas mais significativas surgiram a partir de 1967, ano em que as resoluções da Convenção Única da ONU, de 1961, foram incorporadas às leis brasileiras. (RODRIGUES, 2012, p.47)

A problemática acerca das drogas no Brasil é recente, não diferentemente dos outros países da América do Sul, o Brasil passou a incluir as drogas nas discussões políticas apenas a partir dos anos 1960, muito influenciado pelo regime proibicionista e de guerra às drogas imposto nas convenções internacionais pelos Estados Unidos.

As leis repressivas brasileiras influenciaram, mesmo que indiretamente, na formação e estruturação do narcotráfico em território nacional. Exemplo disso é a Lei de Segurança Nacional, criada em 1969 pelo governo do general Costa e Silva durante o período da ditadura militar (1964-1985). Essa lei tinha como objetivo endurecer as medidas de repressão aos grupos opositores que se chocavam com o regime militar. Essa medida, portanto, passou a tratar as ações dos opositores do regime como de alta periculosidade para a segurança e a ordem nacional.

A lei passou a entrar em vigor a partir de 1970, enviando ao presídio da Ilha Grande, no Rio de Janeiro, guerrilheiros e militantes de esquerda, assim como assaltantes e sequestradores. Esse isolamento acabou ocasionando em uma troca de informações e conhecimentos sobre as táticas de organização de guerrilha. Essa integração viabilizou o processo inicial de formação da Falange Vermelha¹⁷, rebatizada como Comando Vermelho¹⁸, que assumiu nessa época as atividades do

¹⁷ O nome Falange Vermelha, faz referência aos antigos colegas presos de cunho marxistas da Galeria B do Instituto Penal Cândido Mendes.

¹⁸ O Comando Vermelho tem como seus principais líderes nesse período inicial William da Silva, conhecido como “*professor*” e José Carlos dos Reis Encina, apelidado de “*Escadinha*”, que

tráfico, colocando-se como o maior grupo narcotraficante do Brasil até aquele momento.

O Brasil passou a desempenhar um papel de destaque na logística do narcotráfico principalmente a partir da década de 1970, diante da necessidade dos grupos criminosos de garantir o escoamento de um volume muito grande de drogas, sobretudo da cocaína, ocasionada pela alta demanda advinda dos principais países consumidores da época, Estados Unidos e alguns países da Europa. Por isso, em 1976 foi aprovada a Lei nº 6.368, conhecida como Lei de Tóxicos, que consolidou o proibicionismo contemporâneo no Brasil, alinhada com as tendências internacionais de repressão marcadas pela recém declarada guerra às drogas.

Esta lei foi revogada em 2006 pela Lei nº 11.343/06, que passou a distinguir usuários de dependentes de drogas e traficantes, modificando também as medidas adotadas para cada um deles. Segundo a nova lei, usuários não estariam mais sujeitos a penas privativas de liberdade, mas sim a medidas socioeducativas. Ademais, determinou o aumento da pena para traficantes de 3 a 15 anos, e para financiadores do tráfico de 8 a 20 anos (VILLELA, p.248). No entanto, a lei não especificava critérios de distinção entre usuários e traficantes, e como consequência disto houve um encarceramento em massa por crimes relacionados ao tráfico de drogas¹⁹.

As ações de repressão ao narcotráfico implantadas pelo governo brasileiro mantiveram-se alinhadas ao regime proibicionista internacional consolidado pela Convenção de Viena sobre Drogas, de 1988 e principalmente pelas ações dos Estados Unidos na passagem da década de 1980 para a de 1990 demonstradas nos capítulos anteriores (RODRIGUES, 2012, p.51).

Em 1980, é criado o primeiro órgão centralizador de políticas nacionais sobre drogas denominado como Conselho Federal de Entorpecentes (COFEN). Esse órgão era responsável por formular políticas públicas em atividades de repressão à produção, ao tráfico e ao consumo de drogas. A legislação brasileira sobre drogas que, segundo BOITEUX (2009, p.21) é fortemente influenciada pelas convenções internacionais, passou a desenvolver mecanismos institucionais de repressão ao

encabeçaram o processo de estruturação da organização nas atividades narcotraficantes (Rodrigues,2012, p.49).

¹⁹ De 2005 a 2019 a população carcerária relacionada ao tráfico de drogas subiu de 33 mil (11% do total) para 164 mil (21% do total) (RODRIGUES, 2012; PINHO, 2020).

narcotráfico. Com o objetivo de supervisionar e vistoriar as normas estabelecidas pelo COFEN, em 1993 foi criada a Secretaria Nacional de Entorpecentes, sob tutela do Ministério da Justiça. Posteriormente, em 1998, esses órgãos foram transformados no Conselho Nacional Antidrogas (CONAD) (VILLELA, p.252).

O crescimento das ações do narcotráfico no território brasileiro a partir dos anos 1990, foi acompanhado também pela intensificação das iniciativas estatais de combate a esse problema. Diante disso, durante a década de 1990, o Estado brasileiro iniciou o desenvolvimento de um sistema de sensoriamento remoto para monitoramento da bacia Amazônica Brasileira por meio de radares e satélites, denominado como Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM). O objetivo era o monitoramento de atividades ilegais na região, como a extração ilegal de madeira e minerais, mas principalmente o tráfico de drogas, no entanto, o SIVAM passou a operar apenas em 2002 (RODRIGUES, 2012, p.51).

Ainda de acordo com RODRIGUES (2012, p.29-30): “o fato é que o SIVAM aumentou expressivamente a capacidade do Estado brasileiro em monitorar e controlar não só o espaço aéreo, mas também a superfície e o subsolo amazônicos, em um aumento de poder soberano sobre a região”. No entanto, o narcotráfico detém como característica fundamental, a capacidade de readaptação frente às adversidades impostas pelo Estado.

Em 2004, o decreto presidencial nº 5.144/04²⁰, regulamentou a Lei nº 9.614/98 também conhecida como Lei do tiro de destruição. Esse decreto regulamentou a possibilidade de que o governo brasileiro derrubasse aeronaves que adentrassem o território brasileiro sem autorização. Essa lei visava fornecer ao governo federal um instrumento de repressão a voos clandestinos que cruzam a fronteira brasileira, geralmente utilizados para transporte de droga.

Dando continuidade aos projetos que tinham como objetivo a proteção das fronteiras brasileiras e o controle do fluxo de drogas que entravam em território nacional, o Estado brasileiro instituiu o Decreto nº 7.496, de 8 de junho de 2011, que consiste no Plano Estratégico de Fronteiras (PEF) que visava o fortalecimento do

²⁰ Diante desse decreto, é considerada aeronaves suspeita de tráfico de substâncias entorpecentes e drogas afins aquela que se enquadre em uma das seguintes situações:

I – Adentrar o território nacional, sem Plano de voo aprovado, oriunda de regiões reconhecidamente fontes de produção de distribuição de drogas ilícitas; ou

II – Omitir aos órgãos de controle de tráfego aéreo informações necessárias à sua identificação, ou não cumprir determinações destes mesmos órgãos, se estiver cumprindo rota presumivelmente utilizada para distribuição de drogas ilícitas.

controle, fiscalização e repressão dos crimes transfronteiriços na fronteira brasileira. Duas ações principais foram empreendidas por esse Plano, a Operação Ágata²¹ e a Operação Sentinela²².

No primeiro ano da implementação do Plano Estratégico de Fronteiras, o governo brasileiro obteve resultados eficientes quanto a atuação coordenada dos órgãos nacionais destinados a implementação do plano. Juntas as duas operações do PEF resultaram na apreensão de mais de 360 toneladas de drogas, além da apreensão de veículos de transporte, armamentos e desarticulação de organizações criminosas. Pode-se dizer que essas duas operações marcam um ponto de inflexão na tratativa nacional de combate ao tráfico de drogas, passando da agenda de segurança pública para a agenda de segurança.

Essas medidas de repressão e controle adotadas pelo governo brasileiro desde o fim da década de 1970, demonstram a preocupação brasileira frente ao problema que vinha crescendo no continente. A partir do consenso internacional de que o narcotráfico é uma ameaça à segurança dos Estados, vários outros países da América do Sul, assim como o Brasil, passaram a reforçar suas políticas de repressão aos crimes transnacionais. No entanto, apesar do desenvolvimento de um aparato institucional de repressão à expansão do narcotráfico, a política antidrogas brasileira assim como a política antidrogas implementada em âmbito regional tem fracassado. Segundo PROCÓPIO FILHO E VAZ (1997):

O narcotráfico prosperou no Brasil não apenas devido à adoção de estratégias adequadas e à agilidade e destreza dos contraventores em face de condições econômicas e sociais igualmente favoráveis, mas também devido à inexistência no país de uma consistente política antidrogas. As limitações da cooperação internacional nesse campo, os equívocos oriundos de Washington, com gestos pouco ou nada sensíveis às realidades sociais da América Latina, em nada ajudam à luta contra as drogas.

²¹ Foi uma operação das Forças Armadas juntamente com outros órgãos nacionais e regionais com o objetivo de assegurar a proteção ambiental e ocupação territorial, o combate a crimes transfronteiriços, sendo o principal deles, o narcotráfico.

²² Instituída pelo Ministério da Justiça, previa a atuação integrada dos órgãos de segurança pública Forças Armadas e outros órgãos ou entidades da Administração Pública; a integração com países vizinhos; e o enfrentamento aos crimes transnacionais e conexos na região de fronteira. (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2013).

O Brasil desempenha um papel importantíssimo nesse mecanismo que pode ser explicado por múltiplos fatores. Por um lado, o país está inserido na principal região produtora de cocaína do mundo, compartilhando a fronteira com os três principais países produtores - Colômbia, Peru e Bolívia, cercado por uma espécie de arco da produção de cocaína. Possui fronteira com 10 dos 12 países que compõem a América do Sul com uma extensão total de cerca de 16.886 quilômetros de linha de fronteira. A extensão do território e das fronteiras, a vizinhança com os principais núcleos de produção de cocaína, além da existência de uma malha rodoviária com boa infraestrutura de transporte para escoamento da produção e infraestrutura de comunicação relativamente bem desenvolvidas já seriam fatores suficientes para entender como natural o envolvimento do Brasil nesse mecanismo como rota de transição.

A inserção brasileira nesse mercado através de sua condição de país de trânsito, desenvolveu características estruturais do narcotráfico no Brasil bastante distintas daquelas encontradas nos países produtores ou apenas consumidores, o que dificulta de certa maneira, o direcionamento e a assertividade das políticas de combate e repressão.

Como abordado anteriormente, o desmembramento dos principais cartéis que detinham o monopólio do tráfico de drogas a partir da intensificação das políticas de repressão na América Latina, ocasionou na pulverização dessas organizações para diversas regiões do continente. A logística da estrutura produtiva do narcotráfico na América Latina desde a crise dos grandes cartéis, passou por um processo de descentralização da produção e das estruturas de comando, multiplicando-se em várias organizações e ramificando-se por todo continente.

Diante desses fatos, no capítulo seguinte iremos abordar o surgimento da principal organização criminosa brasileira - o Primeiro Comando da Capital (PCC) - suas características particulares, e buscaremos demonstrar como essa organização diante de um cenário de descentralização nacional do tráfico de drogas, conseguiu se nacionalizar, dominando e centralizando a maior parte do comércio de drogas no Brasil, e posteriormente a isso, expandir seus tentáculos por todo continente latino-americano.

5. O Primeiro Comando da Capital

Diante de um contexto internacional de intensificação das políticas de repressão ao narcotráfico e de descentralização do controle do narcotráfico no Brasil, neste capítulo demonstraremos de que maneira o Primeiro Comando da Capital tornou-se o maior cartel de drogas da América Latina, dividindo o capítulo em três fases principais. Em um primeiro momento, explicaremos a gênese da organização, como se estruturou e como se expandiu dentro do sistema penitenciário nacional. Na segunda fase explicaremos a consolidação da organização dentro do sistema prisional e o transbordamento para fora dessas instituições, a mudança na estrutura da organização e de que maneira conseguiu expandir seus tentáculos para todo o território nacional, que diante de um cenário de descentralização de poder no qual diversos grupos atuavam no controle do tráfico de drogas, o PCC conquistou território e se estabeleceu como a maior organização criminosa do Brasil.

Posteriormente, através da consolidação da organização em território nacional, inicia-se a terceira fase de expansão da organização em que o PCC passa a atuar transnacionalmente em outros países da América Latina e do mundo, através da formação de núcleos da organização nesses países. Apesar do grupo ainda estar em processo de expansão internacional, configura-se hoje como o principal cartel da América do Sul com um poder de atuação em praticamente todos os países do continente.

5.1 Formação, estruturação e a expansão nacional do PCC

Para entender o tamanho e a complexidade do Primeiro Comando da Capital de hoje, é necessário recapitular e voltar no tempo para saber sua história, o processo de estruturação da organização e todo o contexto no qual a organização foi fundada. Oficialmente o Primeiro Comando da Capital (PCC) nasceu na Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté²³ (CCT) em São Paulo no dia 31 de agosto de

²³ A Casa de Custódia e Tratamento inicialmente não era um presídio, funcionava em tese como um hospital psiquiátrico, no entanto, o governo do Estado de São Paulo decidiu usar a infraestrutura já

1993 como um time de futebol organizado por oito detentos: Isaías Moreira Nascimento; Misael Aparecido da Silva (Misa); José Epifânio Pereira; Wander Eduardo Ferreira (Wandão); José Márcio Felício (Geleião); César Augusto Roriz Silva (Cesinha); Ademar dos Santos e Antônio Carlos dos Santos. (TOGNOLLI; CHRISTINO,2017). No entanto, o time era apenas uma fachada para conseguir eliminar detentos líderes locais e assumirem seus cargos através de discussões e brigas dentro de quadra.

Apesar da data oficial da fundação da organização ser de 1993, ainda segundo TOGNOLLI E CHRISTINO (2017), havia a possibilidade de que nessa época o Primeiro Comando da Capital já tivesse o domínio de alguns presídios no estado de São Paulo, pois começaram a se tornar constantes nas penitenciárias diversas ocorrências de vinganças ocasionadas por discussões no futebol, como forma de eliminar outras lideranças, revelando assim existir um padrão de uma articulação coordenada.

O PCC não nasceu em 1993 e imediatamente se espalhou pelo sistema penitenciário brasileiro, esse processo levou algum tempo e foi conquistado com muita corrupção e violência. O ano de 1993 marca a consolidação da organização no controle da Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté (CCT) após eliminarem as duas principais lideranças dentro daquele presídio e estabelecerem uma rebelião no presídio que era considerado o mais seguro e rigoroso centro de detenção do Brasil na época.

Essa foi a primeira ação que o PCC organizou dentro do sistema carcerário, após a rebelião, o núcleo dos “fundadores” se reuniu e criou o Estatuto²⁴ do grupo, estabelecendo um conjunto de normas a ser seguida por todos os membros. O Estatuto possui um papel muito importante no avanço do Primeiro Comando da Capital dentro do sistema penitenciário e posteriormente na consolidação da organização em âmbito nacional e internacional. Estabelece quais eram os verdadeiros “inimigos” da organização - o sistema - que compreende o conjunto dos Estados, das polícias e do sistema penitenciário, que eram considerados abusivos e opressores. O estatuto, conforme explica TOGNOLLI E CHRISTINO (2017), passou

existente como uma unidade prisional que faria a contenção de presos considerados de máxima periculosidade.

²⁴ O Estatuto do Primeiro Comando da Capital é um conjunto de 18 artigos que estabelecem normas e códigos de ética a serem seguidas por todos os membros da facção.

a dar corpo a uma massa disforme, isso deixou bem claro que o PCC era uma organização muito bem estruturada e não uma pequena quadrilha. É importante destacar que durante o período de formação da organização, o grupo detinha um caráter notadamente político diante de um sistema prisional que reproduz as desigualdades sociais. Por isso, atuavam como um canal alternativo de comunicação entre os presos e a administração penitenciária, solicitando respeito aos direitos humanos, lutando por melhores condições dentro dos presídios e contra as constantes agressões e violações básicas de direitos que os detentos enfrentavam durante o cárcere.

Após estabelecer o controle da CCT, o Primeiro Comando da Capital iniciou um processo de expansão nacional pelas penitenciárias brasileiras através de uma estratégia que envolvia a transferência de presos, enviando sempre um membro-fundador para outro presídio com o objetivo de ali criar ramificações do PCC, e se encontrassem oposições eliminavam sem hesitar.

Outro passo importante na ofensiva intramuros do Primeiro Comando da Capital, foi a conquista da Casa de Detenção, também conhecida como Carandiru²⁵, que aconteceu em 1995 quando um núcleo do PCC com cerca de quinze membros foi formado no presídio. Era um local onde havia muita rivalidade e o poder era disputado por várias quadrilhas que revezavam o controle do Carandiru. Em 23 de Julho de 1995 isso mudou, o PCC eliminou todas as lideranças e ascendeu à liderança da casa de detenção, colocando fim ao período de multipolaridade. A ação violenta teve muita repercussão dentro de todo sistema penitenciário e isso contribuiu para o PCC conquistar por completo a Casa de Detenção, unificando todos em uma única organização, ato que ninguém jamais havia conseguido realizar (TOGNOLLI E CHRISTINO, 2017).

A ascensão do Primeiro Comando da Capital dentro do sistema prisional foi frenética, em meados da década de 1990 o PCC já havia se consolidado como a maior facção criminosa dentro do sistema penitenciário, em cerca de dois anos

²⁵ A Casa de Detenção conhecida como Carandiru foi fundada em 1920 em São Paulo, chegou a abrigar cerca de 8 mil detentos e era considerado o maior presídio da América Latina. Em 1992 foi palco do maior massacre carcerário da história prisional do Brasil, onde cerca de 111 detentos foram mortos pela Tropa de Choque da Polícia Militar de São Paulo após iniciarem uma rebelião. Em 2002 os últimos detentos foram transferidos e o complexo penitenciário foi desativado e posteriormente demolido.

passou de poder local com o controle da CCT, para tornar-se a maior influência criminosa dentro sistema prisional.

Em 1999, outro ponto importante na formação e estruturação da organização do Primeiro Comando da Capital foi traçado, outra rebelião dentro do sistema prisional impulsionaria a escalada de uma nova liderança no comando, a de Marcos Willians Herbas Camacho, o Marcola. Dando continuidade a uma estratégia que já estava em curso há alguns anos, o PCC iniciou uma rebelião com o principal objetivo de eliminar dois dos fundadores da organização, e através de negociações com o Estado lideradas por Marcola, a facção conseguiu distribuir seu núcleo de lideranças através de transferências para presídios considerados estratégicos para eles, e assim conseguiram executar mais um plano minuciosamente arquitetado pelo grupo, o sucesso dessa operação fez os líderes do Primeiro Comando da Capital perceberem que teriam forças para atuar fora do sistema prisional.

É importante destacar que durante esse período as políticas de repressão ao narcotráfico impostas em âmbito nacional e internacional ainda não englobavam as ações do PCC. O Estado negava e omitia a existência de uma organização criminosa interconectada em grande parte dos presídios, admitia que se tratava de apenas mais uma quadrilha dentre tantas outras que atuavam dentro do sistema prisional, tanto que as ações de repressão ao avanço do PCC aconteciam internamente dentro do sistema penitenciário.

O ponto de inflexão da ação estatal perante o grupo aconteceu em fevereiro de 2001, quando houve o transbordamento do PCC para além do sistema prisional, revelando-se a toda sociedade, através de uma megarrebelião articulada simultaneamente em 29 unidades prisionais em dezenove cidades do estado de São Paulo, algo inédito na história carcerária brasileira. A partir disso, tornou-se impossível o Estado manter sigilo sobre uma mega organização extremamente articulada dentro dos presídios que trouxe à tona a ineficácia do governo em suprimir o grupo, a megarrebelião expôs a todos a consolidação do Primeiro Comando da Capital como grupo hegemônico dentro do sistema penitenciário paulista, que conquistava cada vez mais espaço, uma verdadeira revolução na história da organização (FELTRAN, 2018).

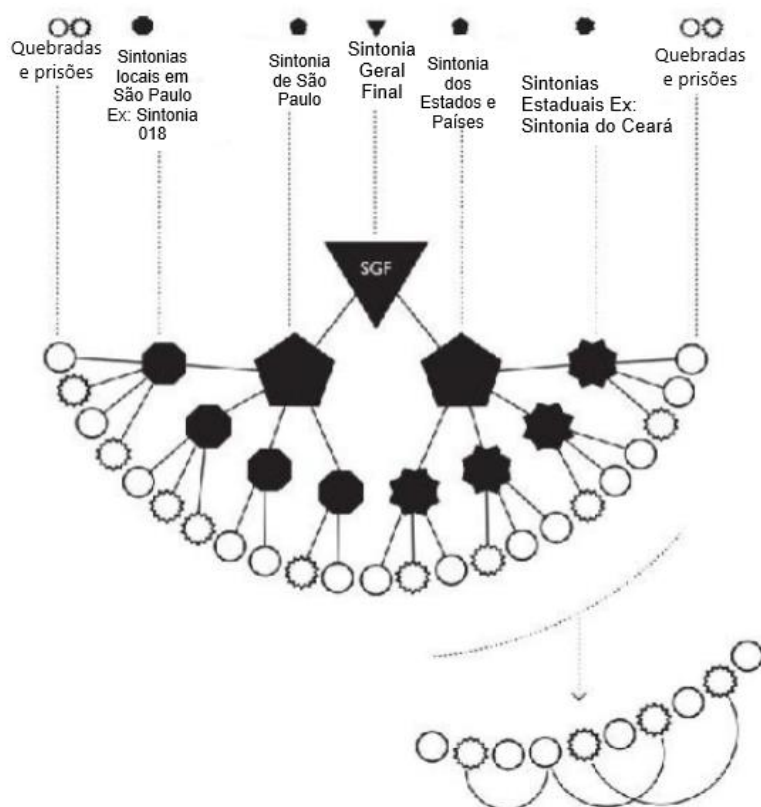
Passada a megarrebelião, o PCC ganhou respeito e notoriedade dentro do sistema prisional e passou por um momento de crescimento exponencial. Segundo TOGNOLLI E CHRISTINO (2017), duas consequências desse momento mudaram a

história da organização, uma externa e outra interna. A externa foi o transbordamento do grupo para a sociedade, deixando de ser uma questão interna do sistema prisional para tornar-se uma questão de Segurança Pública. E a questão interna seria a reestruturação das lideranças do PCC. Essas duas consequências marcaram de fato a história da organização pois deram início a uma guerra entre o Estado e o Primeiro Comando da Capital.

A reestruturação da cúpula do PCC através da ascensão do Marcola, ocasionou em uma reorganização de toda base estrutural da organização. Anteriormente a facção seguia um esquema tradicional piramidal, o chefe acima e base alargando embaixo, onde cada membro coordenava as suas próprias atividades. Era uma organização bem articulada e organizada, porém não havia um caixa comum ou uma divisão do partido. A reorganização aconteceu através da criação de células ou “sintonias” que funcionam como departamentos, essas células se conectam formando núcleos decisórios em âmbito regional, estadual, nacional e internacional. Essa nova configuração da estrutura da organização foi tornando-se completamente diferente do que existia anteriormente, figurando-se como uma organização empresarial onde tudo e todos estão interconectados dentro dessa estrutura (MANSO; DIAS, 2018).

Devido à complexidade do organograma, citaremos apenas algumas sintonias consideradas as mais importantes. Em São Paulo estão as esferas máximas de poder do PCC: A Sintonia Final que é a cúpula, a qual todas as outras sintonias se submetem e o Resumo Disciplinar. Nenhuma sintonia pode tomar decisões estratégicas sem antes haver legitimação da última instância. Fora de São Paulo, existe ainda a Sintonia Geral dos Estados e Países, unificando as lideranças de cada Estado e país, estabelecendo diretamente uma conexão com a Sintonia Geral. Uma das mais importantes, é a Sintonia dos Gravatás, batizada assim em referência aos advogados que trabalham pela e para a organização, muito importantes para o desenvolvimento do PCC. A Sintonia da Cebola ou Caixinha, é a sintonia do setor financeiro da organização, que recebe uma contribuição mensal que todo membro do comando deve contribuir. O valor arrecadado é para arcar com os custos de transporte e alimentação das famílias dos detentos quando precisam se deslocar para visitar seus parentes (MANSO; DIAS, 2018).

Figura 2 - Organograma do Primeiro Comando da Capital



Fonte: MANSO; DIAS, 2018, p.255.

Através da horizontalização em uma estrutura celular, o comando dificultou cada vez mais o combate do Estado. Essa nova configuração levou um certo tempo para ser implementada, pelo menos três anos, vale destacar que uma sintonia não se comunica necessariamente com outra, no entanto, se uma é atacada e desestruturada ela terá suas atividades incorporadas pelas outras. Foi deste modo que o PCC se reconfigurou, através de um sistema de gestão próprio com departamentos que incorporam as estruturas de uma empresa. Com o novo ordenamento na estrutura do PCC, o comando iniciou uma política de domínio do tráfico de drogas visando dominar toda criminalidade, inicialmente no Estado de São Paulo para depois se espalhar por todo território nacional.

Como colocado anteriormente, uma das principais características do tráfico de drogas no Brasil é a sua fragmentação em diversos grupos, onde o tráfico é estruturado em pequenos pontos de venda de drogas sendo que cada ponto tinha um padrão, um território e um método de gestão. Quando o Primeiro Comando da

Capital iniciou o processo de dominação do tráfico nas favelas eles implementaram atividades coordenadas, substituindo a atuação de traficantes individuais para uma atividade conjunta com um método de gestão próprio da organização, muito parecido com o movimento implementado dentro do sistema prisional. No entanto, esse movimento de dominação não aconteceu de maneira ordenada, conforme TOGNOLLI E CHRISTINO, 2017:

Mesmo que a polícia soubesse que o PCC estava se expandindo, não era possível acompanhar esse processo, pois tal crescimento acontecia de maneira irregular ou aleatória, não se tomavam as bocas de uma região em sequência. Acontecia num perímetro, depois passava a outro distante. Não se conseguia ter uma ideia da completude, um mapa geral daquilo que estava acontecendo. Não se sabia o local nem o tempo em que uma tomada aconteceria. Foi assim que o PCC foi se reestruturando sob a liderança de Marcola. Em três anos era uma organização completamente diferente da administração anterior {...} (TOGNOLLI; CHRISTINO, 2017, p.84)

Mediante o aprofundamento e a crescente expansão do PCC no cerne do sistema prisional brasileiro, o Estado elaborou um plano²⁶ estratégico que visava o desmantelamento da organização através do isolamento das principais lideranças e sub-lideranças da organização em um único regime de segurança máxima. No entanto, a informação chegou às lideranças do PCC antes mesmo do Estado conseguir implementar o plano de isolamento. Esse foi o motivo que levou em 12 de maio de 2006 o Primeiro Comando da Capital a realizar o maior atentado já visto contra às forças de segurança públicas do Brasil, conhecido como “Crimes de Maio” iniciando em São Paulo e posteriormente se espalhando para a Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Paraná. (TOGNOLLI; CHRISTINO, 2017).

Segundo dados²⁷ do Laboratório de Análise da Violência da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (LAV-UERJ), só no estado de São Paulo os ataques

²⁶ O plano de isolamento consistia na transferência de 765 presos considerados pela Secretaria de Administração Penitenciária como diretamente ligados ao Primeiro Comando da Capital, para o regime de segurança máxima da Penitenciária II de Venceslau (CRUZ, 2016).

²⁷ Segundo levantamento do LAV-UERJ, os agentes públicos sofrem as maiores baixas nos primeiros dois dias de ataques, enquanto os civis falecem majoritariamente entre o terceiro e o quinto dia de ataques. Esses dados comprovam operações de represália realizadas por policiais nos dias seguintes ao início dos ataques (LAV-UERJ, 2008, p.11)

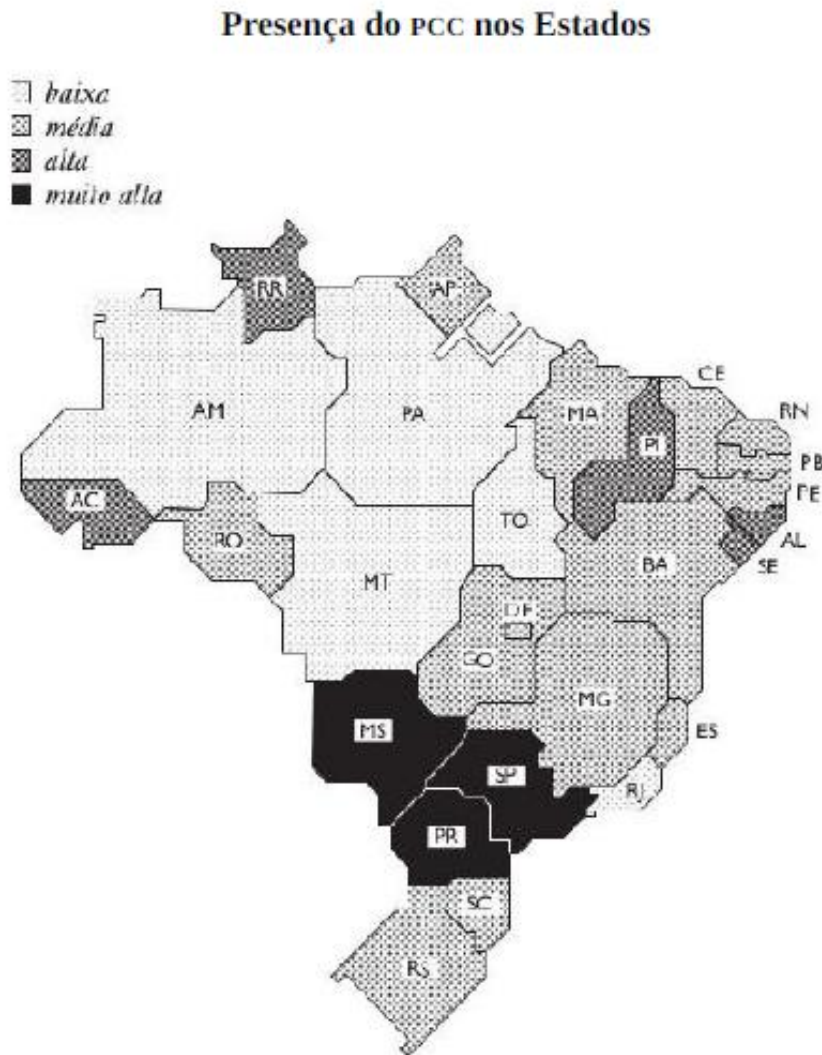
vitimaram cerca de 564 pessoas²⁸ entre civis, agentes penitenciários, policiais militares e policiais civis. Após os ataques de maio, os frequentes embates catastróficos entre o Primeiro Comando da Capital e o Estado foram enfraquecendo no decorrer do tempo e as rebeliões diminuíram, isso porque a organização passou a empenhar esforços cada vez mais incisivos no seu projeto expansionista e entendia que o confronto direto com o Estado prejudicava suas pretensões.

Certamente o “boom” carcerário a partir da mudança de Lei em 2006, influenciou para o crescimento da organização, durante esse período, o PCC firmou presença em Estados estrategicamente importantes para o avanço da organização no comércio de drogas em território nacional como o Paraná e o Mato Grosso do Sul, que foram extremamente importantes para a política de domínio que o PCC buscava implementar. Ambos os estados constituem as principais fronteiras que são porta de entrada das drogas em território brasileiro, e a dominação dentro do sistema prisional dessas localidades colocou o Primeiro Comando da Capital em posição de vantagem em relação aos seus concorrentes. O acesso direto às principais fontes de distribuição de maconha e pasta-base de cocaína permitiu à organização avançar no projeto de nacionalização e domínio do mercado atacadista nacional, tornando-se o principal distribuidor interno.

A nacionalização do PCC foi bastante complexa. Até porque não se trata de um único processo, mas de processos distintos, com lógicas e dinâmicas próprias. Há a expansão dentro dos cárceres e, concomitantemente, a expansão fora das prisões. Cada uma carrega especificidades, embora essas duas dinâmicas – dentro e fora das prisões – se complementem e se reforcem mutuamente (MANSO; DIAS, 2018, p.147).

²⁸ Do total de vítimas em decorrência dos ataques do PCC ao Estado, estima-se que 59 eram agentes públicos (policiais civis e militares e agentes penitenciários) e 505 eram civis.

Figura 3 - Presença do Primeiro Comando da Capital nos Estados brasileiros



Fonte: MANSO; DIAS,2018, p.255

Conforme mostra a Figura 3, o projeto de expansão do Primeiro Comando da Capital foi exitoso, estabelecendo presença em todo território nacional, em menor ou maior volume em alguns estados, mas presente em todos. A presença muito alta do PCC principalmente no Paraná e no Mato Grosso do Sul, pode ser explicada pela proximidade com o Estado de origem da organização, mas principalmente pela posição estratégica que esses dois estados ocupam para o escoamento da produção de ilícitos. Um ponto que chama atenção na Figura 3, é a baixa representatividade do PCC no Amazonas e no Pará, rotas muito relevantes para o escoamento da produção colombiana e peruana em direção à Europa. No entanto, essa realidade está sofrendo mutações no estado do Amazonas em específico, o PCC vem

expandindo sua atuação e a facção está em guerra pelo controle da rota do Solimões onde está levando vantagem na conquista dessa região.

Com a efetividade do plano estratégico de nacionalização do PCC, a organização iniciou a terceira fase de expansão. Essa fase consiste no transbordamento da organização para fora do território nacional para estabelecer-se como o maior cartel de drogas da América Latina.

5.2 Expansão internacional e formação do NARCOSUL

Como abordado em capítulos anteriores, o aprofundamento das políticas de repressão ao narcotráfico implementadas nos países andinos, muito fortemente influenciadas pela política de guerra às drogas dos Estados Unidos, acarretou na pulverização do problema para os outros países do continente, fenômeno entendido como efeito balão. Diante disso, o processo inicial de internacionalização do Primeiro Comando da Capital está diretamente relacionado com a intensificação da repressão ao narcotráfico nos países andinos promovida pelos Estados Unidos, mas também pela incapacidade do Estado brasileiro em suprimir o avanço da organização quando ainda se concentrava apenas dentro do sistema carcerário.

Para avançar no projeto de expansão da organização, o Primeiro Comando da Capital necessitava através do processo de nacionalização consolidar-se dentro dos presídios paulistas e posteriormente conquistar as ruas. Com esses dois setores conquistados, o PCC buscou conquistar territórios como o Paraná e o Mato Grosso do Sul entendidos como estratégicos para a expansão nacional da organização pois fazem fronteira com Paraguai e Bolívia, pontos centrais na logística do narcotráfico internacional dentro da América do Sul.

Assim como o sucesso no processo de expansão nacional do Primeiro Comando da Capital tem como característica principal a conquista dos presídios, a fase inicial de internacionalização da organização também tem suas raízes dentro do sistema carcerário. Do mesmo modo que utilizou para conquistar os presídios de São Paulo e do Brasil, o PCC usou das transferências de líderes do partido para conquistar e ramificar o comando em presídios em cidades limítrofes, principalmente entre Bolívia e Paraguai. O município de Corumbá no estado do Mato Grosso do Sul faz fronteira com a cidade de Puerto Quijarro na Bolívia e o presídio da cidade brasileira abriga uma quantidade considerável de detentos de origem boliviana. Com

a chegada do PCC, houve o batismo de bolivianos na organização, o que ocasionou na disseminação da ideologia do Primeiro Comando da Capital para o outro lado da fronteira.

Apesar da organização possuir fortes conexões com fornecedores de drogas desde que se consolidou como o maior atacadista no Brasil, o processo de internacionalização do Primeiro Comando da Capital ultrapassa uma simples parceria comercial. O comando hoje possui células ou sintonias da organização espalhadas por três continentes, além de estar presente em praticamente todos os países da América do Sul.

Figura 4 - Presença do Primeiro Comando da Capital no mundo



Fonte: HISAYASU (2012).

Um dos principais fornecedores do PCC, a Bolívia, constitui-se como um importante player na plantação, produção e exportação de cocaína para os Estados Unidos e Europa. Essa crescente movimentação levou o governo estadunidense a adotar ações de repressão na Bolívia, reduzindo o fluxo de comércio de cocaína entre esses dois países. Com a intensificação dessas ações, o tráfico oriundo da

Bolívia começou a enfrentar diversas dificuldades para escoamento de sua produção, visto que o país não possui saída para o mar.

O Brasil por sua vez, possui uma abundante costa litorânea com portos que comercializam com o mundo todo, além de uma malha ferroviária ampla e de boa qualidade. O Primeiro Comando da Capital, como já era muito bem estruturado dentro do território nacional e possuía o controle dos principais pontos de passagem de droga para o Brasil, aproximou-se dos produtores bolivianos com o objetivo de oferecer estrutura e apoio logístico para o escoamento da produção boliviana aos portos brasileiros, onde posteriormente seria encaminhada para a Europa.

O PCC além de dar apoio logístico para o escoamento da cocaína, receberia parte da produção como forma de pagamento, que seria comercializada domesticamente. No entanto, exigiu dos produtores bolivianos participar de todo processo de refino da droga com o objetivo de controlar a qualidade do produto que seria despachado (TOGNOLLI; CHRISTINO,2017).

Com isso, o Primeiro Comando da Capital e o Cartel Boliviano estabeleceram cotas de transporte de cocaína, denominadas como “líneas” e que são concedidas como uma espécie de concessão. Essa associação evoluiu para uma linha que sairia da Bolívia até o Paraguai e por fim para o Brasil, conhecida como rota caipira, uma rota estratégica para distribuição interna e uma das principais para exportação de cocaína do mundo. Da cocaína proveniente da Bolívia, parte segue diretamente ao Brasil, esse produto vem majoritariamente da região de Chapare²⁹ e segue até o município de Puerto Quijarro que faz divisa com Corumbá.

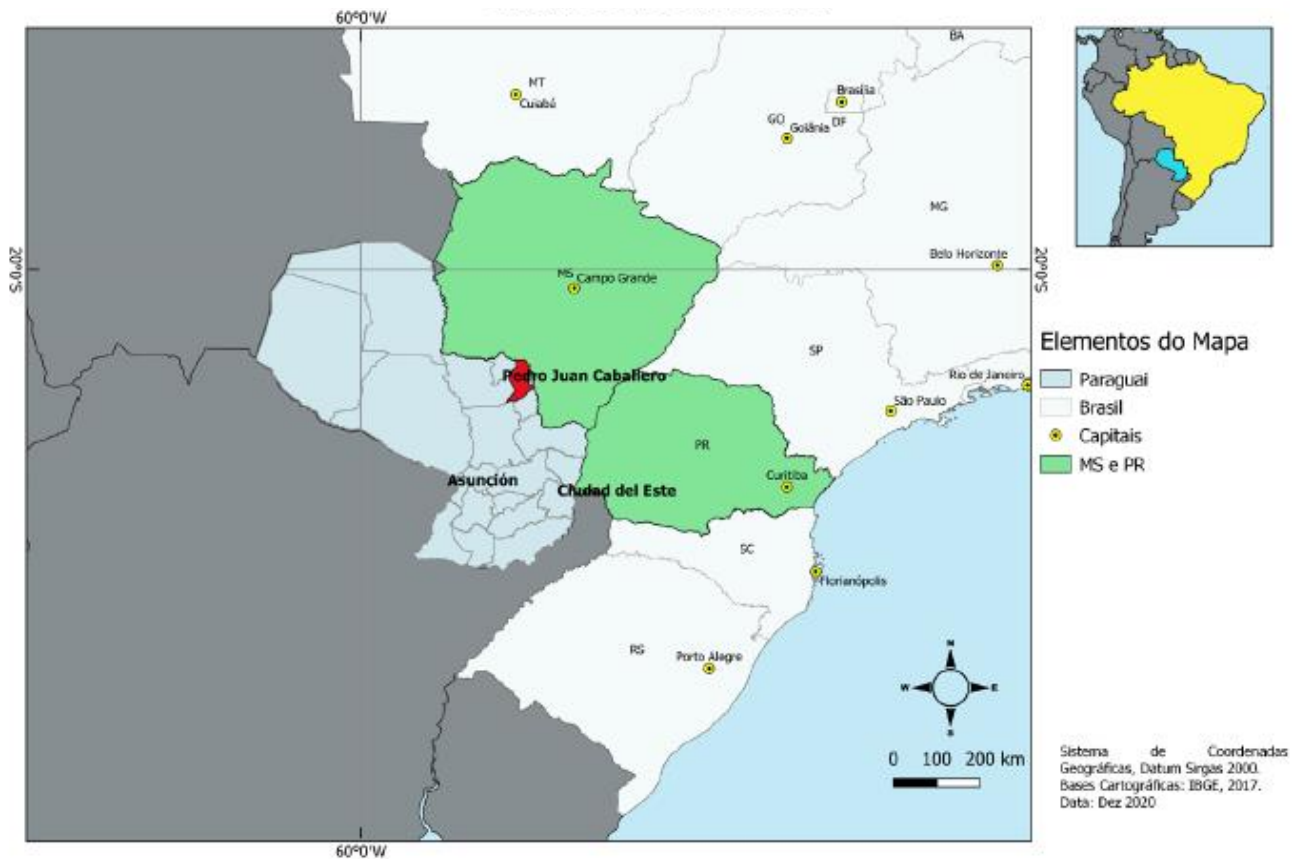
Essa coligação entre o Primeiro Comando da Capital e o Cartel Boliviano resultou na criação do “Narcosul”, o grande cartel de drogas do PCC, com o objetivo de atingir o mercado do Paraguai, Argentina e Uruguai e posteriormente o mercado Europeu e Asiático (TOGNOLLI; CHRISTINO,2017).

Um ponto importante para entender esse movimento, é que uma parte da cocaína produzida na Bolívia, precisou ser escoada pelo Paraguai devido a precariedade estrutural da malha ferroviária da fronteira entre Bolívia e Brasil, região de mata densa e com poucas estradas. Devido a isso, o transporte era feito por aviões e helicópteros, mas com o aumento no volume da produção esses meios de

²⁹ Chapare compreende uma província da Bolívia localizada ao norte do departamento de Cochabamba. Grande parte do território é áreas com densas florestas tropicais, usadas frequentemente para plantio de coca.

transporte não conseguiram mais suprir com a necessidade. Parte dessa produção, portanto, entra pelas estradas do Paraguai e segue até os municípios de Pedro Juan Caballero que faz fronteira com Ponta Porã no Mato Grosso do Sul e também até Ciudad del Este que faz fronteira com Foz do Iguaçu no Paraná conforme pode ser visto na Figura 5 abaixo.

Figura 5 - Fronteira internacional dos estados do Mato Grosso do Sul e Paraná



Fonte: DIAS; DIAS,2021

O Paraguai, no entanto, é um grande produtor de maconha na América do Sul e como visto, importante corredor de escoamento da droga Boliviana para o Brasil. Assim como fez na Bolívia, o Primeiro Comando da Capital começou a colocar mais integrantes na região da fronteira e se infiltrou nas prisões paraguaias com o objetivo de monopolizar o comércio de drogas naquela localidade. No entanto, o Paraguai

possui suas próprias lideranças criminosas, uma das principais era Jorge Rafaat³⁰, popularmente conhecido como “rei da fronteira”. Jorge Rafaat não aceitava a rota estabelecida entre o PCC e os bolivianos e com o crescente avanço da facção em território paraguaio, ele delatou à polícia local alguns nomes de membros do PCC que atuavam no Paraguai e a localização de algumas fazendas da facção espalhadas pelo país (TOGNOLLI; CHRISTINO,2017).

Um grande passo na consolidação do processo de internacionalização do Primeiro Comando da Capital aconteceu no dia 15 de junho de 2016 quando Rafaat foi assassinado pelo PCC na cidade de Pedro Juan Caballero no Paraguai, utilizando uma metralhadora .50 de uso exclusivo do exército. Com isso, o PCC solidifica a rota Bolívia-Paraguai-Brasil, e se torna a partir desse momento, efetivamente um cartel, o Narcosul, controlando todo o tráfico de drogas do país e principalmente o monopólio da cocaína produzida na Bolívia.

Outro ponto importante na consolidação da atuação internacional do PCC, é a disputa pelo controle do tráfico de cocaína na região Amazônica, uma zona extremamente relevante para a logística do escoamento da droga até os portos. O Primeiro Comando da Capital encontra um novo adversário para a consolidação de mais uma rota internacional do tráfico, a Família do Norte (FDN).³¹ Apesar do Primeiro Comando da Capital estar presente em todos os Estados do país, ele enfrenta algumas poucas resistências³² locais como é o caso da FDN, que atua em grande parte no escoamento da maconha peruana e cocaína colombiana que chegam até Manaus para posteriormente seguirem até os portos de Belém e Fortaleza (ARAÚJO,2018).

A Amazônia é uma das principais rotas de tráfico de drogas da América Latina, devido ao fator geográfico que é a tríplice fronteira amazônica formada pelas cidades de Tabatinga (Brasil), Santa Rosa (Peru) e Letícia (Colômbia). Essa região vem sendo palco de uma guerra³³ disputada entre o Primeiro Comando da Capital e a

³⁰ Era brasileiro e atuava em contrabandos no Paraguai, desde contrabando de café e produtos químicos para agricultura, até armas, e posteriormente migrando para o comércio de drogas a partir dos anos 1990 onde passou a dominar parte do comércio de drogas que passava ou saía do país.

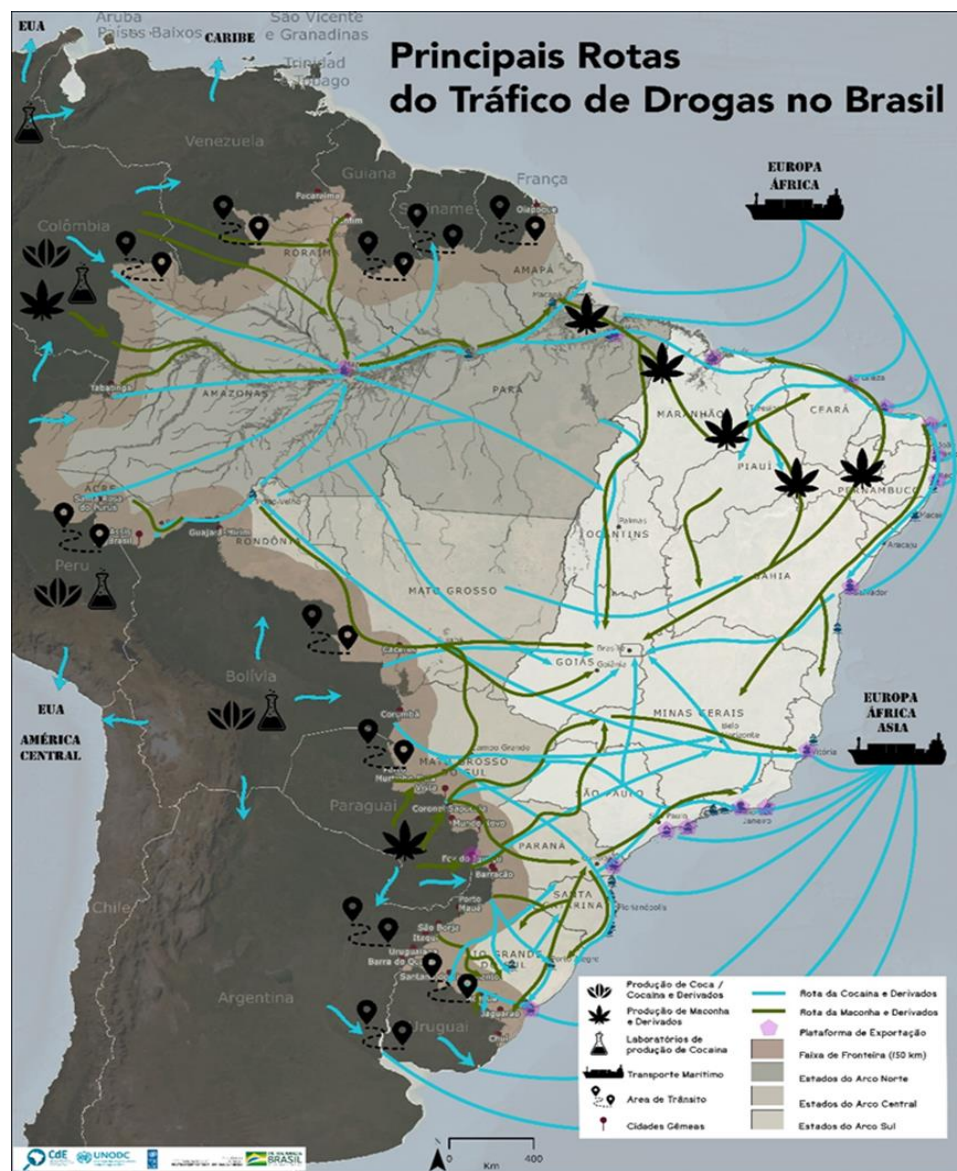
³¹ A Família do Norte (FDN) foi fundada nas periferias de Manaus em 2007 sob a liderança de José Roberto Fernandes Barbosa, mais conhecido como Zé Roberto da Compensa.

³² Em janeiro de 2017, uma rebelião no Complexo Penitenciário Anísio Jobim (Compaj) resultou na morte de 56 detentos devido às disputas entre PCC e FDN (ARAÚJO,2018).

³³ No primeiro semestre de 2018, foram registrados em Manaus, capital do Amazonas, cerca de 530 homicídios. De acordo com o Ministério Público do Estado do Amazonas (MP-AM) e a Polícia Civil,

Família do Norte pelo monopólio da rota do Solimões, que acontece dentro e fora dos presídios. Essa rota é extremamente estratégica por fazer fronteira com dois dos principais produtores de drogas da América do Sul: Peru e Colômbia. A recente empreitada do PCC na região do tripé amazônico favorece a organização de duas maneiras: O monopólio das rotas de tráfico no Brasil e com o controle das rotas, asfixiaria e enfraqueceria as organizações criminosas rivais (TÁVORA,2020).

Figura 6 - Principais rotas de tráfico de drogas no Brasil



Fonte: Centro de excelência para redução da oferta de drogas ilícitas

as disputas pelo tráfico de drogas na região são o principal vetor para o elevado número de assassinatos em Manaus (ARAÚJO, 2018).

O Primeiro Comando da Capital detém hoje as rotas mais lucrativas do tráfico de drogas internacional. Possui o monopólio da rota da cocaína boliviana e da maconha paraguaia, além de estar se consolidando como detentor das rotas do médio Solimões que desembocam em Manaus oriundas da Colômbia do Peru. Conforme mostra a Figura 6, diversas rotas com origem nos países andinos chegam ao Brasil com o objetivo de serem exportadas para a Europa, África e Ásia. As rotas que partem da Bolívia, Paraguai e a rota do Peru que chega até o Acre já estão sob monopólio do PCC. Com isso a organização vem avançando no projeto expansionista de dominação do tráfico de drogas, o que gera inúmeros problemas decorrentes das disputas pelo comando do narcotráfico.

O controle dessas rotas, permite ao Primeiro Comando da Capital aumentar significativamente seu poder de atuação, bem como gerar uma receita exorbitante para os cofres da organização. Apenas para medidas comparativas, o PCC compra a cocaína dos países produtores ao valor médio de US\$ 1.000 - 1.200 o kg, quando essa droga entra no Brasil ela é comercializada ao valor médio de US\$ 8.000 - 9.000 o kg, porém quando é exportada, chega aos países europeus podendo custar até US\$ 45.000 o kg e até US\$ 130.000 o kg em países da Oceania (World Drug Report, 2021). Isso equivale a um lucro de quase 4.000% por quilograma exportado, dinheiro suficiente para comprar armamentos, políticos, fiscais de portos e aeroportos e agentes da ordem.

5.3 O Primeiro Comando da Capital e a ameaça à segurança internacional

Como abordado na primeira parte deste trabalho, o conceito de Segurança Internacional passou por um processo de reformulação no período pós Guerra Fria. As novas ameaças passaram a fazer parte do escopo de propostas de estudos sobre segurança internacional. Dentre essas novas propostas, a teoria abrangente da perspectiva teórica formulada por Barry Buzan, conhecida como a Escola de Copenhague, sustenta que as ameaças à segurança não possuem origem necessariamente na esfera militar, mas também na esfera política, ambiental e societal (TANNO, 2003, p.50). Dentro das novas ameaças, encontra-se a problemática em torno da atuação de grupos não estatais ligados ao crime

organizado transnacional, que passou a fazer parte dos assuntos de segurança na região sul-americana com mais intensidade.

O crime organizado transnacional possui um longo poder de atuação, ameaçando a segurança dos Estados, da economia e também das pessoas. A América Latina apesar de não possuir conflitos interestatais, enfrenta o problema do narcotráfico transnacional que se utiliza da incapacidade estatal em promover segurança para infiltrar-se e expandir sua capacidade de atuação.

O Primeiro Comando da Capital atualmente desponta como a maior organização do crime organizado no continente sul-americano, com uma escala de operação em pelo menos três continentes. Durante todo processo de formação e expansão do PCC, o enfrentamento ao Estado esteve presente constantemente nas ações da organização.

Dentre os movimentos mais notáveis de enfrentamento entre o Primeiro Comando da Capital e o Estado, o mais considerável são os ataques de maio de 2006, que através de ações coordenadas em pelo menos três estados da federação, atacaram instituições públicas e agentes da ordem, e mostraram ao país toda a capacidade organizacional do grupo além do elevado nível de cooperação entre os membros da facção.

Segundo BUZAN (1983), as ameaças às instituições do Estado podem ocorrer de duas maneiras: por meio da força e das competências físicas; e através das ideologias e ideias. Essas ameaças colocam riscos não apenas ao Estado e às instituições que o compõem, mas também para a sociedade civil. A partir dessa perspectiva, o Primeiro Comando da Capital vem desempenhando considerável ameaça às instituições e à sociedade. Além do exemplo citado anteriormente, a organização provocou diversos atentados ao Estado, como o atentado a bomba em 2002 contra a Secretaria de Administrações Penitenciárias em São Paulo, como forma de protesto devido as opressões vividas dentro do sistema carcerário. Outro ataque a bomba executado pela organização ocorreu também em 2002 contra o Fórum Regional de Guaianazes.

A organização planejou ainda pelo menos outros dois atentados a bomba, felizmente não executados, mas que evidenciam o conflito declarado da organização contra as forças estatais. Como diz um lema da organização: "liderar e pressionar o Estado". A tentativa de atentado à bomba na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) em 2002 e a tentativa de atentado na estação de metrô de Jabaquara

em 2003 deixam evidentes os procedimentos adotados pelo PCC para desafiar as forças do Estado com o objetivo de causar temor (TOGNOLLI; CHRISTINO, 2017). Além disso, o Primeiro Comando da Capital foi mandatário do assassinato do juiz-corregedor de Presidente Prudente em 2003, sendo o magistrado o responsável por cuidar dos processos de execução criminal dos principais líderes da organização na época (JOZINO, 2021).

A transnacionalidade das ações do Primeiro Comando da Capital, surgiram quando em 2016 o comando assassinou no Paraguai com armamento de guerra, Jorge Raffat, conhecido inimigo da facção. Essa ação desencadeou uma série de conflitos entre outras organizações opositoras ao PCC, ocasionando inclusive em rebeliões e assassinatos em penitenciárias em território paraguaio e boliviano. As ofensivas realizadas pelo PCC em vários países sul-americanos, colocam em evidência a permeabilidade da facção fora do território brasileiro e o risco que essa organização produz para a segurança da América Latina através da sua expansão internacional.

6.Considerações Finais

Apesar da América Latina ser considerada uma região sem conflitos interestatais, existem outros fatores que tornam o continente um dos maiores índices de violência do mundo. Grande parte disso está associado à problemática do tráfico de drogas que constitui hoje um dos principais problemas de segurança no continente latino-americano.

O narcotráfico passou a fazer parte da agenda política das relações internacionais com mais intensidade a partir do fim da Guerra Fria, emergindo como uma nova temática na agenda de segurança internacional em função da ampliação do debate sobre as “novas ameaças”. Muito influenciada pela concepção de organizações internacionais e pela ótica proibicionista e repressiva, os Estados Unidos passou a firmar presença mais intensa na região com a implementação da política de guerra às drogas.

Como exposto neste trabalho, os Estados Unidos desempenharam um papel fundamental para a compreensão da problemática sobre drogas na América Latina, por ser o maior mercado consumidor do mundo e ter papel central no processo de imposição de políticas repressivas de combate às drogas no continente latino-americano.

As políticas de repressão obtiveram breve sucesso na supressão do narcotráfico, no entanto, isso levou ao transbordamento da problemática para vários outros países do continente, através do processo conhecido como “efeito balão”. Através disso, o Brasil se inseriu nas dinâmicas do tráfico de drogas como um país de trânsito para exportação por constituir-se como uma das principais rotas estratégicas para escoamento de drogas devido a vasta área territorial.

Apesar da criação do Primeiro Comando da Capital não estar diretamente relacionado com o espalhamento das problemáticas sobre drogas pelo continente, o crescimento e a expansão da organização pelo território nacional e internacional está ligado a esta dinâmica.

O PCC pode ser entendido por três etapas principais. A primeira delas é a criação da organização, através de um caráter mais politizado e menos financeiro, mais voltada para a manutenção dos direitos dos presidiários. Na segunda etapa ocorre a alteração na cadeia de comando da organização com a ascensão de

Marcola, alterando toda estrutura hierárquica do PCC. A consolidação do grupo como organização dominante dentro do sistema penitenciário brasileiro e o transbordamento para fora dos presídios através da dominação do tráfico interno.

Constituiu-se assim uma organização horizontalizada e com autonomia em diferentes esferas do sistema carcerário brasileiro, surpreendentemente esse nível operacional e organizacional é atingido dentro de uma instituição do próprio Estado, no caso, o sistema carcerário, isso deixa clara a negligência do Estado em suprimir o avanço de uma organização que nasce e se desenvolve sob sua tutela.

A terceira etapa, que consiste na internacionalização do Primeiro Comando da Capital, para que pudesse tornar-se uma realidade, dependia de fatores essenciais. O primeiro passo para a expansão internacional era a inserção no mercado boliviano. Os produtores de cocaína bolivianos possuíam um volume grande da produção que não tinha como ser escoado para os grandes mercados consumidores. Essa primeira fase da terceira etapa está diretamente relacionada com as políticas de repressão ao narcotráfico impostas pelos Estados Unidos na região Andina. Durante esse período, não havia quem pudesse fazer o transporte do produto devido a intensificação das medidas de repressão impostas no país, o PCC diante disso viu oportunidade para acessar esse mercado, oferecendo transporte e apoio logístico para levar a droga até os grandes mercados.

A atuação transnacional na Bolívia apresentou menores entraves, principalmente por haver a necessidade interna de ter um grupo responsável pelo transporte da oferta de cocaína que havia no mercado interno boliviano. Importante destacar que a mudança estrutural implementada nos anos anteriores foi de extrema importância para a consolidação da organização no mercado externo, devido a variável independente das sintonias que favoreceu na execução dos planos de inserção externa.

Outro ponto de destaque na expansão internacional do Primeiro Comando da Capital foi o domínio do tráfico de drogas em território paraguaio a partir do assassinato de Jorge Raffat em 2016. Esse ato pode ser considerado o mais importante para a consolidação do PCC como organização criminosa transnacional, pois foi através disso que a facção passou a comandar toda estrutura do tráfico de drogas no Paraguai. Com isso, o Primeiro Comando da Capital passou a comandar uma das principais rotas do tráfico internacional de drogas, que passa pela Bolívia e

pelo Paraguai e chega até os principais portos do Brasil com destino a Europa e Ásia, constituindo-se assim como um dos principais *players* do narcotráfico internacional.

O processo de internacionalização do PCC ainda está em expansão, apesar de possuir o controle de uma das principais rotas de tráfico, o comando ainda busca conquistar o monopólio de uma outra fatia importante do mercado, que consiste na rota do tráfico que passa pela Amazônia e que tem origem nos centros de produção de cocaína no Peru e na Colômbia.

Através da abordagem da Escola de Copenhague sobre as novas ameaças à segurança internacional, e diante da exposição de um cenário de consolidação nacional e expansão internacional, o PCC pode enquadrar-se como uma nova ameaça ao Sistema Internacional. Possui atuação efetiva em praticamente todos os países da América Latina e células da organização espalhadas por mais três continentes, segundo o Ministério Público do Estado de São Paulo (MP-SP) a organização possui cerca de 112.000 membros.

Acredita-se que essa pesquisa conseguiu cumprir com o proposto, que era demonstrar brevemente o contexto latino-americano sobre a problemática do narcotráfico e posteriormente caracterizar a inserção brasileira e finalmente demonstrar o processo de internacionalização do Primeiro Comando da Capital, posicionando-se como o principal cartel de drogas da América Latina e, portanto, enquadrar-se como uma nova ameaça à segurança internacional.

Apesar da criação de aparatos para repressão do narcotráfico na América Latina como um todo e também mecanismos internos do Estado brasileiro, o PCC conseguiu se expandir e se consolidar à sombra da atuação estatal, através de uma ascensão extremamente articulada e fulminante. A expansão do Primeiro Comando da Capital ainda está em curso, pelo fato de ser um processo que ocorre à margem da lei, torna-se difícil ter um dimensionamento atual sobre a expansão da organização.

Fatores endógenos como a negligência do Estado frente a ascensão do PCC nos anos iniciais, contribuíram para a organização chegar ao patamar que hoje se encontra, no entanto, fatores exógenos também exercem forte influência nesse processo, por isso, é necessário que haja ações coordenadas entre os demais países latino-americanos para tratar a problemática do narcotráfico, adaptando as políticas antinarcóticos as particularidades de cada país. É fato também que existe a necessidade de uma mudança na perspectiva de combate ao tráfico, visto que há

mais de cinquenta anos a guerra às drogas por uma via quase que exclusivamente militarizada é incapaz de resolver um problema tão abrangente de maneira efetiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ADORNO, Sérgio; SALLA, Fernando. Criminalidade organizada nas prisões e os ataques do PCC. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 21, n. 61, p. 7-29, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142007000300002>. Acesso em: 12 mai. 2022.

AGUILAR, Verónica Karolina Mosqueira. **As políticas antidrogas dos Estados Unidos na região andina: o caso peruano**. 2011. 181 f. Dissertação (Mestrado) - Mestrado em Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

ARAÚJO, Thiago de. Narcosul, o cartel do PCC que cresce na Amazônia e pode ser o 1º transnacional do mundo. **Sputnik Brasil**. São Paulo, p. 1-24. set. 2018. Disponível em: <https://br.sputniknews.com/20180919/narcosul-pcc-trafico-12245895.html>. Acesso em: 04 abr. 2022.

BARTOLOMÉ, Mariano César; BARREIRO, Vicente Mario Ventura. Narcotráfico en América del Sur más allá del bloque andino: los casos de argentina y brasil. **Revista Relaciones Internacionales, Estrategia y Seguridad**, [S.L.], v. 14, n. 1, p. 205-222, 28 fev. 2020. Universidad Militar Nueva Granada. <http://dx.doi.org/10.18359/ries.3760>.

BOITEUX, Luciana ; Wiecko, Ela ; VARGAS, Beatriz ; BATISTA, Vanessa Oliveira ; PRADO, G. M.. 2009. *Tráfico de Drogas e Constituição*. 1. ed. Brasília-DF: Ministério da Justiça, v. 1.

BORDA MEDINA, Ernesto. A política de paz de Andrés Pastrana: turbulência de um caminho em ascensão. *Revista Política Externa*, São Paulo, v. 8, n. 3, p. 114-137.

BRAGANÇA, Danillo Avellar; GUEDES, Julie Medeiros Sérgio. O DECLÍNIO ESTADUNIDENSE E A GUERRA ÀS DROGAS. **Revista Aurora**, [S.L.], v. 11, n. 1,

p. 67-78, 13 set. 2018. Faculdade de Filosofia e Ciências.
<http://dx.doi.org/10.36311/1982-8004.2018.v11n1.04.p67>.

BRASIL. Ministério Público do Estado de São Paulo. Autos nº 1. **Tribunal de Justiça de São Paulo**. São Paulo, 30 ago. 2019. Disponível em:
<https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/conferirDocumento.do?conversationId=&instanciaDaConsulta=PG&tipoNuProcesso=UNIFICADO&numeroDigitoAnoUnificado=1511680-88.2019&foroNumeroUnificado=0050&nuProcessoUnificado=1511680-88.2019.8.26.0050&nuProcesso=&cd Protocolo=9A84F91&cd Servico Conferencia=920101>. Acesso em: 18 jun. 2022.

BUZAN, Barry; WÆEVER, Ole; WILDE, Jaap de. **Security**: a new framework for analysis. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1998.

_____; HANSEN, Lene. A evolução dos estudos de segurança internacional. São Paulo: Unesp, 2012.

CAMPOS, Tales de Paula Roberto de. **O projeto transfronteiriço do Primeiro Comando da Capital – PCC (2006-2016)**. 2020. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Relações Internacionais) – Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas, UNESP/UNICAMP/PUCSP, São Paulo, 2020.

CEPIK, Marco. Segurança Nacional e Segurança Humana: Problemas Conceituais e Consequências Políticas. **Security And Defense Studies Review**, Minas Gerais, v. 1, p.1-19.

CLOSS, Marília Bernardes. POLÍTICA EXTERNA COMO POLÍTICA PÚBLICA: O COMBATE AO NARCOTRÁFICO NO GOVERNO DE LULA DA SILVA. **Brazilian Journal Of International Relations**. São Paulo, p. 125-146. jan. 2020.

COUTINHO, Leonardo. The Evolution of the Most Lethal Criminal Organization in Brazil—the PCC. **PRISM: SECURITY IN THE WESTERN HEMISPHERE**, Washington D.C., v. 8, n. 1, p. 56-68, 2019.

CRUZ, Elaine Patricia. Crimes de Maio causaram 564 mortes em 2006. **Agência Brasil**. São Paulo, p. 1-4. maio 2016. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2016-05/crimes-de-maio-causaram-564-mortes-em-2006-entenda-o-caso>. Acesso em: 31 maio 2022.

DEFESANET. PEF - Operação Ágata 2. Publicado em: 16/09/2011. Disponível em: Acesso em: 24 jun. 2022.
dez./jan./fev. 2000.

DIAS, Camila Nunes; DIAS, Edgar. Notas contextuales acerca de la creciente presencia transnacional del grupo criminal brasileño Primer Comando de la Capital (PCC). p. 331-354, out. 2021. Disponível em: <https://nev.prp.usp.br/publicacao/notas-contextuales-acerca-de-la-creciente-presencia-transnacional-del-grupo-criminal-brasileno-primer-comando-de-la-capital-pcc/> . Acesso em: 04 jan. 2022.

DIAS, Michelle Gallera. **ASSISTÊNCIA ANTIDROGAS DOS ESTADOS UNIDOS À COLÔMBIA: TRAJETÓRIA E INFLUÊNCIA POLÍTICA ATUAL**. 2016. 79 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

FEITOSA, Gustavo Raposo Pereira; PINHEIRO, José Augusto de Oliveira. Lei do Abate, guerra às drogas e defesa nacional. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Fortaleza, v. 55, n. 1, p. 66-92, jan. 2012.

FELTRAN, Gabriel. **Irmãos: Uma história do PCC**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

FERREIRA, Marcos Alan S. V.; FRAGMENTO, Rodrigo de Souza. Atores não-estatais violentos transnacionais na América do Sul. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, [S.L.], v. 14, n. 1, p. 72-87, 10 nov. 2021. Revista Brasileira de Segurança Pública. <http://dx.doi.org/10.31060/rbsp.2020.v14.n1.1011>.

GUZZI, André Cavaller. **AS RELAÇÕES EUA-AMÉRICA LATINA: medidas e consequências da política externa norte-americana para combater a produção e o tráfico de drogas ilícitas..** 2008. 131 f. Dissertação (Mestrado) - programa interinstitucional (PUC-SP/UNESP/UNICAMP) Curso de Relações Internacionais, São Paulo, 2008.

HISAYASU, Alexandre. Domínios do Crime: 10 anos dos ataques do PCC. O Estado de São Paulo, 2012. Disponível em: <https://infograficos.estadao.com.br/cidades/dominios-do-crime/poder-geografico>. Acesso em: 04 abr. 2022.

KADANUS, Kelli. Como o PCC “invadiu” o Paraguai e o que a internacionalização significa para o Brasil. **Gazeta do Povo**. Brasília, p. 1-10. 21 jan. 2020. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/pcc-atuacao-paraguai/>. Acesso em: 10 nov. 2021.

KOERICH, Desirée. **COLÔMBIA E O TRÁFICO INTERNACIONAL DE DROGAS: A SECURITIZAÇÃO DO TEMA NOS GOVERNOS DE ÁLVARO URIBE E MANUEL SANTOS**. 2015. 106 f. TCC (Graduação) - Curso de Relações Internacionais, Ciências Econômicas e Relações Internacionais, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

MANSO, Bruno Paes; DIAS, Camila Nunes. **A GUERRA: A ascensão do PCC e o mundo do crime no brasil**. São Paulo: Todavia, 2018. 344 p.

MANTILLA-VALBUENA, Silvia Cristina. Más allá del discurso hegemónico: narcotráfico, terrorismo y narcoterrorismo en la era del miedo y la inseguridad global. **Papel Político**, Bogotá, v. 13, n. 1, p. 227-259, jun. 2008.

MARQUES, Adalton. “Liderança”, “proceder” e “igualdade”: uma etnografia das relações políticas no Primeiro Comando da Capital. *Etnográfica*, v. 14, n. 2, p. 311-335, 2010.

MERCADANTE, Maria Aparecida Felix. Da Guerra às Drogas ao Plano Colômbia: uma agenda securitária dos Estados Unidos para a América do Sul. In: SIMPÓSIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS, VII., 2018, Rio de Janeiro. **Dossiê**. Rio de Janeiro: Neiba, 2018. p. 1-16.

MESSARI, Nizar. “Existe Um Novo Cenário de Segurança Internacional?” In: José Maria Gómez. (Ed.) **América Latina y El (Des)orden Neoliberal - Hegemonía, Contrahegemonia, Perspectivas**. Buenos Aires: CLACSO, 2003, p. 131-150.

MEZA, Ricardo Vargas. Drogas, conflicto armado y seguridad global en Colombia. In: Nueva Sociedad. Caracas, nº 192.

NSDD-221. Narcotics and national security. Washington: TheWhite House, 8 abr. 1986. Disponível em: <<http://www.fas.org/irp/offdocs/nsdd/nsdd-221.htm>>. Acesso em: 09 mar. 2022.

ODILLA, Fernanda. PCC “batiza” estrangeiros no grupo de olho na expansão do tráfico de drogas na Europa. BBC News Brasil, 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44857777>. Acesso em: 04 abr. 2022.

OLIVEIRA, Giovanni França; KRUGER, Caroline. As relações de reciprocidade e dívidas morais entre o presídio e a rua: A expansão e transnacionalização do Primeiro Comando da Capital (PCC) na fronteira Brasil-Bolívia. **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 11, n. 1, p. 28-52, Jan/Abr 2018. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/17617/10791>. Acesso em: 13 mai. 2022.

PAGLIARI, Graciela C. Segurança hemisférica: uma discussão sobre a validade e atualidade de seus mecanismos institucionais. In: **Revista Brasileira de Política Internacional**: Brasília, Vol. 49, No1, p. 26-42, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v49n1/a02v49n1.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2022.

PAGLIARI, Graciela de Conti. (In) Segurança regional: políticas e resultados do tráfico de drogas na região sul-americana. In: ENCONTRO NACIONAL DA

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS – ABRI, 4., 2013, Belo Horizonte. **Anais[...]**. Belo Horizonte: Abri, 2013. p.1-18. Disponível em: http://www.encontronacional2013.abri.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=877. Acesso em: 20 dez. 2021.

PAGLIARI, Graciela de Conti. **Segurança regional e política externa brasileira: as relações entre Brasil e América do Sul, 1990-2006**. 2009. 281 f. Tese (Doutorado) - Curso de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

PINHO, Márcio. Tráfico de drogas lidera ranking de crimes em 'censo' de presos. **R7. Brasil**, p. 1-10. fev. 2020. Disponível em: <https://noticias.r7.com/brasil/trafico-de-drogas-lidera-ranking-de-crimes-em-censo-de-presos-29022020>. Acesso em: 23 jan. 2022.

PROCÓPIO, Argemiro; VAZ, Alcides Costa. O Brasil no contexto do narcotráfico internacional. **Revista brasileira de política internacional**, Brasília, v. 40, n. 1, p.75-122, jan./jun. 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v40n1/v40n1a04.pdf>. Acesso em: 17 de agosto de 2021.

RODRIGUES, Thiago. Narcotráfico e militarização nas Américas: vício de guerra. **Contexto Internacional**: Rio de Janeiro, vol.34, n.1, 2012.

RODRIGUES, Thiago. Narcotráfico: uma Guerra na Guerra. São Paulo: Desatino, 2003.

RODRIGUES, Thiago. **Política e drogas nas Américas: uma genealogia do narcotráfico**. São Paulo: Desatino, 2017. 325 p.

SAINT-PIERRE, Héctor Luis. “Defesa” ou “Segurança”? Reflexões em torno dos Conceitos e Ideologias. **Contexto Internacional**: Rio de Janeiro, vol. 33, n.2, 2011.

SAMPÓ, Carolina; FERREIRA, Marcos Alan. De la fragmentación de las estructuras criminales a una proto-mafia: un análisis del primeiro comando da capital (pcc) en

sudamérica. **Revista de Estudios En Seguridad Internacional**, [S.L.], v. 6, n. 2, p. 101-115, 8 dez. 2020. Grupo de Estudios en Seguridad Internacional (GESI). <http://dx.doi.org/10.18847/1.12.6>.

SANTANA, Adalberto. A globalização do narcotráfico. **Revista Brasileira de Política Internacional**, São Paulo, v. 42, n. 2, p. 99-116, out. 1999.

SANTOS, Leandro. Política de Drogas, Segurança e Colonialidade: a Região Andina em Questão, 2015. Disponível em: <<https://alacip.org/cong15/int-santos8c.pdf>>. Acesso em: 16 mar 2022.

SANTOS, Marcelo. **O conflito colombiano e o plano Colômbia** / Elói Martins Senhoras, Julia Faria Camargo (organizadores). Boa Vista: Editora da UFRR, 2011.

SERRANO, Mónica; TORO, María Celia. Del narcotráfico al crimen transnacional organizado en América Latina. In: BERDAL, M.; SERRANO, M. (Org.). **Crimen transnacional organizado y seguridad internacional: cambio y continuidad**. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 2005. p. 233-273.

SILVA, Ana Paula Rossetto. **IMPORTÂNCIA DO CONTEXTO INTERNACIONAL NO TRATAMENTO DAS DROGAS ILÍCITAS NO BRASIL: HISTÓRIA, INSTITUIÇÕES E INSTRUMENTOS LEGAIS**. 2014. 165 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

SILVA, Caroline Cordeiro Viana e. **Segurança internacional e novas ameaças: a securitização do narcotráfico na fronteira brasileira** / Caroline Cordeiro Viana e Silva. – Curitiba, 2013.

SILVA, Luiza Lopes. **A Questão das Drogas nas Relações Internacionais: uma perspectiva brasileira**. Brasília: Ministério das Relações Exteriores / Fundação Alexandre Gusmão, 2013.

SOUZA, Celina. **Coordenação de Políticas Públicas**. Coleção: Governo e Políticas Públicas. Brasília: Enap, 2018.

TANNO, Grace. A contribuição da escola de Copenhague aos estudos de segurança internacional. **Contexto Internacional**, [S.L.], v. 25, n. 1, p. 47-80, jun. 2003. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-85292003000100002>.

TÁVORA, Filipe. Fator geográfico destaca AM na rota do tráfico internacional de drogas. **Acrítica**. Manaus, p. 1-3. 26 dez. 2020. Disponível em: <https://www.acritica.com/fator-geografico-destaca-am-na-rota-do-trafico-internacional-de-drogas-1.26659>. Acesso em: 10 nov. 2021

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. **World drug report. 2012**. Viena: UNODC, 2012.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. **World drug report. 2021**. Viena: UNODC, 2021.

VILLA, Rafael Duarte. A Segurança Global Multidimensional. **Lua Nova**: São Paulo, v.99, n.46, 1999.

VILLA, Rafael Duarte; OSTOS, Maria del Pilar. **As relações Colômbia, países vizinhos e Estados Unidos: visões em torno da agenda de segurança**. *Revista Brasileira de Política Internacional*: Brasília, v.48, n.2, 2005.

VILLA, Rafael. Quatro teses sobre a política de segurança dos Estados Unidos para a América do Sul. São Paulo: USP, 2007.

VILLELA, Priscila. **As Dimensões Internacionais das Políticas Brasileiras de Combate ao Tráfico de Drogas na Década de 1990**. 2015. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Relações Internacionais) – Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas, UNESP/UNICAMP/PUCSP, São Paulo.

VILLELA, Priscila. O TRÁFICO DE DROGAS: UMA AMEAÇA À SEGURANÇA DO BRASIL. **Revista de Relações Internacionais da UFGD**, Dourados, v. 2, n. 3, p.

237-258, dez. 2013. Disponível em:
<http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/moncoes>. Acesso em: 18 nov. 2021.

WERNER, Guilherme Cunha. O Crime Organizado Transnacional e as Redes Criminosas: presença e influência nas relações internacionais contemporâneas. 2009. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em:
https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-04092009-163835/publico/GUILHERME_CUNHA_WERNER.pdf. Acesso em: 08 jan. 2022.